

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 32

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Versão preliminar de proposta da reforma tributária é lida 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator propõe 3 alíquotas e a devolução de impostos 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária prevê transição de 8 anos 7

VALOR ONLINE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira aposta em reforma tributária aprovada em 2 turnos entre 5 e 7 de julho 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária prevê implementação do IVA a partir de 2026 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Benefícios fiscais do ICMS ultrapassam R\$ 200 bilhões 14

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mais um passo rumo à reforma 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setores essenciais serão menos taxados 18

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: texto dá largada nas negociações a partir de hoje na Câmara. Veja os principais pontos 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dúvidas dos governadores 20

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arthur Lira pede pragmatismo para aprovar reforma tributária 21

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: será que agora vai? - VERA MAGALHAES 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Analistas apontam problemas; governo aprova 23

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

2º lote de restituição liberado para consulta 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mercado de trabalho ajuda arrecadação em maio 26

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal soma R\$ 176,8 bilhões em maio 27

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal bate recorde em abril e maio 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Decisão do Banco Central provoca forte reação - MERCADO S/A 31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo e empresas fazem críticas à decisão do Copom 33

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONÔMICO
REFORMA TRIBUTÁRIA

'É um descompasso que contrata problemas no futuro', diz Haddad 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Analistas mantêm apostas para corte do juro em agosto, apesar do Copom 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Corte da Selic em setembro vira maior aposta do mercado 38

A GAZETA - MT - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desonerações totais somam R\$ 60,434 bi 39

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresa que adere ao Refis termina com menos empregos 40

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Quem é você no perde e ganha da taxa Selic? 42

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS tem de revisar benefício de 2.900 44

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS cria cartão de benefícios para segurados 46

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Valor de R\$ 1,8 bi a beneficiários 48

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Pensão por morte: saiba como aumentar chance de sair da fila 49

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desenrola Brasil será criado por projeto de lei 51

Sexta-Feira, 23 de Junho de 2023

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
CONGRESSO EM FOCO

Campanha de transparência dá mais um Leão de Ouro ao Brasil..... 52

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O arcabouço e a dívida pública - CELSO MING 53

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Brasil pode criar ate 1,5 milhão de vagas formais em 2023, afirmam economistas..... 54

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
ECONOMIA

Inadimplência cresce 17% em um ano e afeta 44% dos adultos..... 55

Versão preliminar de proposta da reforma tributária é lida

O relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou ontem (22) a versão preliminar de seu substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 45), que altera o sistema tributário. O texto da proposta foi discutido com governadores e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Segundo o parlamentar, a proposta deve ser analisada na primeira semana de julho pelo plenário da Casa.

"Quando há essa disposição federativa de votar uma matéria como essa, eu acredito que não é 'apenas 15 dias'. Quando se fala assim, parece que estamos discutindo esse tema aqui há 15 dias, mas estamos discutindo na Casa há 35 anos", disse Aguinaldo Ribeiro.

"Agora vamos ter um período para alinharmos tanto do ponto de vista federativos quanto do ponto de vista setorial os calibres finais, que é próprio da Casa", acrescentou.

A matéria prevê a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), baseado no modelo de imposto sobre valor agregado (IVA), já aplicado em outros países. O tributo substituiria duas contribuições - o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) - e três **impostos** - o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Serviços (ISS) e o ICMS. O imposto que vai substituir IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS será dual, ou seja, com uma parcela gerida pela União (CBS) e a outra, por estados e municípios. Haverá um período de transição de oito anos para esses **tributos**, a começar em de 2026 a 2033.

REDUÇÃO

O texto prevê a redução de alíquotas para áreas como educação, saúde e transporte coletivo. Segundo o ministro, entre as reduções de **impostos** estão os medicamentos para o tratamento de câncer e a diminuição da alíquota que permitirá a manutenção do Programa Universidade Para Todos (Prouni). Uma cesta básica com 1.380 itens também terá imposto reduzido. O substitutivo manteve os dois regimes tributários favorecidos atualmente estabelecidos em nossa Constituição: a Zona Franca de Manaus e o Simples Nacional.

PROPOSTAS

Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional

Uma das novidades da proposta é a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. A medida estabelece uma espécie de compensação para acabar com a guerra fiscal entre os estados. O texto prevê aportes exclusivos da União. Serão R\$ 8 bilhões em 2029 e R\$ 40 bilhões a partir de 2033.

Segundo Ribeiro, um outro fundo será criado para garantir os benefícios tributários já negociados pelos estados e que devem acabar em 2032. Serão R\$ 8 bilhões em 2025, chegando a R\$ 32 bilhões em 2028. Os recursos serão corrigidos pelo IPCA durante todo esse período. De acordo com relator, a medida é uma das inovações mais importantes da **reforma tributária** e diminuiu as resistências de estados com a proposta. "No passado, esse foi o grande impeditivo de a reforma andar. Agente quer consignar como fato muito relevante essa criação", disse. Segundo o parlamentar, as discussões sobre os critérios de distribuição dos recursos ainda permanecem entre governadores e secretários de fazenda.

Compensação de Perdas

Também está previsto um fundo de compensação das perdas dos estados com os benefícios fiscais já concedidos, com recursos da União. O fundo começará em R\$ 8 bilhões em 2025, e aumentam até R\$ 32 bilhões de reais em 2028, reduzindo progressivamente até a R\$ 8 bilhões de reais em 2032. O valor total desse fundo está previsto em R\$160 bilhões.

Cashback

Aguinaldo Ribeiro incluiu no texto a previsão para a devolução de imposto por cashback. Os critérios ainda precisam ser definidos em lei complementar em até 180 dias após a promulgação da PEC.

Relator propõe 3 alíquotas e a devolução de impostos

FERNANDA TRISOTTO e IANDER PORCELLA/BRASÍLIA

O relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou ontem à noite texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que vai mudar o sistema tributário do País. Tanto o relator quanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), destacaram que se trata de uma versão preliminar, que deverá ser discutida e poderá sofrer mudanças antes de ser votada em plenário. Lira tem reforçado que quer votar a **reforma tributária** já na primeira semana de julho.

Entre outros pontos, o texto prevê a criação de fundos de compensação para os Estados, que serão bancados por meio de aportes da União; devolução de recursos ("cashback") para contribuintes de baixa renda; e alíquotas reduzidas para setores como saúde e educação. Ainda pelo texto, a transição entre sistemas de **impostos** começaria em 2026 pelos **impostos** federais. A vigência integral da reforma, incluindo também os **tributos** estaduais e municipais, só valeria a partir de 2033.

Cinco **tributos** sobre consumo que existem hoje serão incorporados aos novos Contribuição sobre Bens e Serviços (que vai reunir IPI, PIS e Cofins) e Imposto sobre Bens e Serviços (ICMS e ISS). Pelo texto do relator, vão existir três tipos de alíquotas: padrão, reduzida (equivalente a 50% da tarifa "cheia") e zero. Lei complementar definiria os percentuais dessas alíquotas.

Entre os segmentos que terão direito à tarifa reduzida, estão serviços de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano; dispositivos médicos e serviços de saúde; e serviços de educação.

Já a isenção valeria, por exemplo, para serviços de educação de ensino superior (para manutenção do Prouni).

O texto apresentado pelo relator institui um Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) de R\$ 40 bilhões bancado pela União. O valor é o sinalizado como disponível pelo governo federal, mas Estados pleiteiam uma cifra maior, de R\$ 75 bilhões.

Também haverá um fundo para garantir a convalidação de benefícios fiscais que já foram

concedidos e valem até 2032.

"Continuaremos discutindo com governadores e prefeitos alguns temas ainda sem consenso", disse Ribeiro, ao mencionar o fundo de desenvolvimento.

Ele lembrou que foi esse fundo que travou a reforma no governo passado. Na ocasião, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, se opôs ao modelo.

A proposta

Algumas das proposições do relator da reforma

Tributos extintos IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS

Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual Serão criados dois IVAs: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS dos Estados e o ISS dos municípios; e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que vai unificar os **tributos** federais PIS, Cofins e IPI

Imposto seletivo Será cobrado para produtos específicos, como cigarros

Alíquotas Haverá a alíquota única, como regra geral, e a alíquota reduzida. Sete grupos de produtos e serviços terão alíquota reduzida em 50%. São eles: serviços de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano; medicamentos; dispositivos médicos e serviços de saúde; serviços de educação; produtos agropecuários, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura; insumos agropecuários, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal; atividades artísticas e culturais nacionais

Cashback Criação da possibilidade de devolução do IBS e da CBS a pessoas físicas de forma ampla, a ser definida na lei complementar

Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FDR) Cria o fundo com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais

Aplicação Os recursos do FDR terão de ser aplicados na realização de estudos, projetos e obras de infraestrutura; no fomento a atividades produtivas com elevado potencial de geração de emprego e renda,

incluindo a concessão de subvenções; em ações para o desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação

Transição Transição dos **tributos** antigos para os novos será de oito anos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária prevê transição de 8 anos

VICTORIA ABELE MANOEL VENTURA

O relator da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou, nesta quinta-feira, a primeira versão do chamado substitutivo da proposta, que deve ser votada no plenário da Casa na primeira semana de julho. Ele já havia apresentado as linhas gerais da reforma, mas agora trouxe o texto da proposta -que ainda está longe de ser aversão final a ser votada pelos deputados.

O projeto, uma proposta de Emenda à Constituição (PEC), veio com novidades em relação ao que vinha sendo negociado no Grupo de Trabalho que discutiu a reforma na Câmara. Haverá a criação de dois fundos de compensação para estados, um permanente e o outro provisório. A PEC prevê a implementação, a partir de 2026, de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual -na prática, dois **tributos**, um federal e outro subnacional -, mas a migração integral só acontece em 2033.

-Certamente o texto será aprimorado, se contemplando aquilo que não foi possível endereçar no texto por conta do tempo -disse Ribeiro.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-PB), afirmou que haverá muita negociação até que o texto esteja pronto para votação, e adiantou que haverá convocações diárias na Casa para debater o projeto:

- (Haverá) Muita discussão ainda neste fim de semana, toda a semana que vem, para que possamos levar a plenário a discussão e votação entre os dias 3 e 7 (de julho).

BENEFÍCIOS FISCAIS

No Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), permanente, a União fará aportes anuais, em valores que se iniciam em R\$ 8 bilhões em 2029 e chegam a R\$ 40 bilhões a partir de 2033. Esse fundo será usado para reduzir as desigualdades regionais e sociais, mediante a entrega de recursos aos estados para projetos e obras de infraestrutura; fomento a atividades produtivas, entre outros objetivos. O critério de distribuição do recurso não foi definido.

Já no Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, transitório, os aportes começam em R\$ 8 bilhões anuais em 2025, aumentam até R\$ 32 bilhões em 2028, reduzindo progressivamente até R\$ 8 bilhões em 2032. No total, a União gastará R\$ 160 bilhões

com o fundo provisório. O objetivo desse fundo é compensar as empresas que têm benefícios de ICMS, que deixarão de existir em 2033 -por isso, o fundo tem duração até o ano anterior.

A criação de dois fundos foi a forma encontrada nas negociações de garantir a redução das alíquotas do ICMS (e dos incentivos) ao longo da transição sem contaminar o Fundo de Desenvolvimento Regional, voltado para reduzir as desigualdades regionais e sociais. A União não quer gastar mais de R\$ 40 bilhões por ano ao juntar os dois fundos.

O novo sistema de **impostos** terá uma transição de oito anos, de 2026 a 2033, para centralizar os cinco **tributos** sobre consumo que existem hoje. O IVA federal será a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que vai reunir IPI, PIS e Cofins. Já o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de estados e municípios, vai juntar ICMS e ISS. Em paralelo, haverá uma transição mais lenta, de 50 anos,

que vai alterar a cobrança do imposto do princípio da produção para o do destino, entre 2029 e 2078.

REDUÇÃO RARA SETORES

O texto preliminar da **reforma tributária** propôs três variações da alíquota do IVA: a geral; a reduzida em 50%, para atividades como transporte público, medicamentos, produtos agropecuários in natura, serviços médicos e de educação; e a zerada, para alguns medicamentos (como de tratamento ao câncer).

O projeto da **reforma tributária** não aponta quais seriam as alíquotas definitivas de cada um dos novos **impostos**. Isso não estará cravado na Constituição. Esse número só será definido em lei complementar posterior à reforma e ainda vai depender de sugestão do Ministério da Fazenda.

O texto prevê também a criação do modelo de cashback, ou devolução de recursos para cidadãos de baixa renda, mas os detalhes da medida serão definidos também por lei complementar. Para garantir a competitividade da Zona Franca de Manaus, as alíquotas do IPI só serão zeradas (e incorporadas ao IBS) nos produtos que não impactam a região. O Simples Nacional também fica mantido. Haverá ainda redução de 100% da alíquota da CBS incidente sobre serviços de educação de ensino superior (ProUni).

A reforma também cria um imposto seletivo, que não tem uma finalidade arrecadatória. Ele será aplicado sobre bens e serviços cujo consumo o governo pretende combater (como cigarros e bebidas alcoólicas) e também vai recair sobre produtos prejudiciais ao ambiente e para desonerar exportações.

O projeto prevê ainda que, em até 180 dias após a promulgação da proposta, após aprovação do Senado, o governo deve enviar ao Congresso a reforma da tributação da renda. Pela proposta, o eventual aumento da arrecadação poderá ser destinada à redução dos **tributos** sobre a folha de pagamentos e sobre o consumo.

*

Arrecadação bate recorde com R\$ 972 bi até maio

A receita do governo federal com **tributos** somou R\$ 972,9 bilhões entre janeiro e maio, a maior para o período da série histórica iniciada em 1995, descontada a **inflação**. Foi uma alta de 1,02% em relação aos cinco primeiros meses do ano passado.

Segundo a **Receita Federal** informou ontem, a arrecadação em maio foi de R\$176,8 bilhões, também recorde.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lira aposta em reforma tributária aprovada em 2 turnos entre 5 e 7 de julho

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto, Valor - Brasília

23/06/2023 00h20 Atualizado há 7 horas

Minutos após a apresentação do parecer preliminar, aliados do relator da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), reforçaram que estão confiantes que a proposta de emenda constitucional (PEC) será discutida e aprovada em dois turnos pelos deputados entre 5 e 7 de julho.

Segundo apurou o Valor, o calendário dos sonhos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para a super semana prevê a votação do projeto de lei que versa sobre os casos de empate em julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** na segunda-feira (3 de julho) e a nova análise da proposta do novo arcabouço fiscal, que foi alterada pelos senadores, na terça-feira (4 de julho).

Para quarta-feira (5 de julho), além da apreciação do texto que trata do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Lira pretende iniciar a discussão da **reforma tributária**.

Com o início do debate sobre a proposta no meio da semana, ele acredita que será possível ter o avanço da matéria em dois turnos até a sexta-feira (7 de julho).

Fontes relataram ao Valor que Lira demonstrou tranquilidade de que as propostas que serão apreciadas no plenário antes da reforma não enfrentarão dificuldades na tramitação. Por isso, ele estaria convicto na viabilidade do calendário idealizado por ele para a primeira semana de julho.

22/06/2023 22:25:32

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/06/23/lira-aposta-em-reforma-tributaria-aprovada-em-2-turnos-entre-5-e-7-de-julho.ghtml>

Reforma tributária prevê implementação do IVA a partir de 2026

Idiana Tomazelli e Victoria Azevedo

A PEC (proposta de emenda à Constituição) da **reforma tributária** prevê a implementação do novo IVA (Imposto sobre Valor Adicional) a partir de 2026, mas a migração integral só acontecerá em 2033.

A transição mais longa, antecipada pela Folha, busca acomodar os benefícios fiscais já concedidos por estados e municípios e que têm manutenção garantida pelo Congresso Nacional até 2032.

Mesmo com essa saída, o governo federal vai injetar R\$ 160 bilhões ao longo de oito anos para ajudar a compensar essa fatura, sem contar o FDR (Fundo de Desenvolvimento Regional), que terá R\$ 40 bilhões anuais a partir de 2033. Os estados pedem um valor anual maior, de R\$ 75 bilhões.

Haverá dois fundos, um para compensar os benefícios já concedidos e outro para servir de fonte de financiamento para as políticas de desenvolvimento regional. A ideia do governo, porém, é que a soma dos dois nunca ultrapasse os R\$ 40 bilhões anuais.

A primeira versão do texto legal da proposta foi apresentada nesta quinta (22) pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), mas ainda está longe de ser a versão final a ser votada em plenário. O próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reconheceu que ainda pontos em negociação.

"É um relatório preliminar. Vamos revisitar setores produtivos, prefeituras de grandes cidades, os governadores, ampliar o diálogo com ministro Fernando Haddad, com o presidente Lula", disse o coordenador do grupo de trabalho da reforma, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

Apesar disso, Lira se comprometeu com a divulgação do texto em uma tentativa de "garantir o tempo da crítica" isto é, um período para os parlamentares estudarem a proposta e apresentarem sugestões de mudança.

No Congresso, aliados de Lira defendiam postergar a divulgação para a próxima semana para evitar que a PEC fique exposta por muito tempo antes de finalmente ir à votação, "apanhando" de diferentes setores. Mesmo assim, a promessa de divulgação foi

mantida por Lira, que quer votar a pro -posta no plenário da Câmara até 7 de julho.

"Estamos no momento mais propício para votar a reforma", disse Ribeiro, lembrando que houve momentos em que o debate foi "interditado". Segundo ele, embora haja divergências entre governadores sobre pontos específicos da proposta, há um consenso geral de que aprovar a reforma é necessário.

"A partir desse texto, vamos caminhar para o debate, [com] as críticas, e vamos construir isso tudo dentro do calendário que foi estabelecido pelo presidente Arthur", afirmou o relator.

Um dos pilares da proposta é a fusão de PIS, Cofins e IPI (**tributos** federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal) em um IVA, que será chamado de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). O sistema será dual: significa que uma parcela da alíquota será administrada pelo governo federal, e a outra, por estados e municípios.

Também será criado um imposto seletivo, que não tem uma finalidade arrecadatória e é aplicado sobre bens e serviços cujo consumo o governo pretende desestimular (como cigarros e bebidas alcoólicas). Alguns parlamentares defendem aplicá-lo ainda para coibir atividades poluentes.

O texto não indica quais seriam as alíquotas definitivas de cada um dos novos **impostos**, o que será definido posteriormente em lei complementar e ainda vai depender de cálculos efetuados em conjunto com o Ministério da Fazenda.

Até agora, sabe-se apenas que, em 2026, quando começa a transição, será aplicada uma alíquota de teste de 1% -cujo pagamento poderá ser abatido dos atuais PIS/Cofins.

No ano seguinte, haveria a implementação completa da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), parcela federal dentro do IBS, e a extinção do PIS/Cofins. As alíquotas do IPI também seriam zeradas, com exceção daquilo que impacta a Zona Franca de Manaus.

O relator prevê manter os **impostos** de estados e

municípios inalterados até 2028. A partir de 2029, as alíquotas começariam a cair gradualmente, até que em 2033 o IVA estivesse completamente implementado no lugar de ICMS e ISS.

A cobrança do tributo será realizada onde ocorre o consumo (destino), em substituição ao modelo atual de incidência no local de produção (origem).

Além do sistema dual, o texto prevê a fixação de uma alíquota padrão e de uma reduzida (equivalente a 50% da cobrança padrão) para setores específicos, como medicamentos, dispositivos médicos e serviços de saúde, serviços de educação, transporte público coletivo, produtos agropecuários, artigos da cesta básica e atividades artísticas e culturais nacionais.

Alguns medicamentos específicos, como os usados para tratamentos de câncer, serão isentos. Haverá ainda redução de 100% da alíquota da CBS incidente sobre serviços de educação de ensino superior (ProUni).

O segmento de combustíveis e lubrificantes terá um tratamento específico, com alíquotas uniformes cobradas em uma única fase da cadeia.

Atividades operações com bens imóveis, serviços financeiros, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos (como loterias) também receberão tratamento específico, com alterações nas alíquotas, nas regras de crepitemento e na base de cálculo.

Regimes tributários favorecidos

O texto da PEC também mantém os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus, um dos pontos frequentes de apelo nas negociações com parlamentares.

O Simples Nacional, regime simplificado de recolhimento de **tributos** para micro e pequenas empresas, também será mantido, mas a ideia é permitir que as companhias tenham maior flexibilidade para aderir ou não ao novo sistema do IVA -o que pode ser vantajoso para quem fornece bens ou serviços para outras empresas, uma vez que elas poderiam obter créditos a partir dos insumos e abatê-los do imposto a ser recolhido.

Não cumulatividade e créditos tributários

Segundo o relator, outros pilares importantes da reforma são a não cumulatividade plena e o aproveitamento amplo de créditos. Esses princípios significam, em resumo, que o contribuinte não vai mais pagar tributo sobre tributo e poderá aproveitar como créditos (para abater o valor a ser recolhido) tudo que tiver pago em **impostos** na aquisição de seres

insumos.

Transição federativa

Para auxiliar na transição federativa, o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que o governo fechou sua proposta a partir do modelo proposto pelo relator.

O fundo para compensar os benefícios fiscais já concedidos teria um primeiro aporte em 2025, no montante de R\$ 8 bilhões. O valor subiria gradualmente para R\$ 16 bilhões em 2026, R\$ 24 bilhões em 2027 e R\$ 32 bilhões em 2028 e 2029. Depois, o valor começaria a cair a R\$ 24 bilhões em 2030, R\$ 16 bilhões em 2031 e R\$ 8 bilhões em 2032, último ano de pagamento.

O FDR, por sua vez, começaria a receber recursos em 2029, com R\$ 8 bilhões, com incremento de mais R\$ 8 bilhões ao ano até chegar a R\$ 40 bilhões em 2033.

Além da negociação dos fundos de compensação aos benefícios fiscais e para o desenvolvimento regional, a PEC prevê uma transição federativa entre os estados e municípios, para evitar quedas bruscas de receita por causa da migração da receita. Essa é a chamada "transição invisível", que o contribuinte não perceberá no dia a dia, mas terá relevância para governadores e prefeitos.

Tributação da renda e do patrimônio

Embora a PEC da **reforma tributária** tenha como foco principal os **tributos** sobre o consumo, o relator incluiu mudanças na cobrança de **impostos** estaduais e municipais sobre renda e patrimônio, de forma a torná-los mais progressivos e mais flexíveis.

Um dos trechos estende o IPVA para veículos aquáticos (como iates e lanchas) e aéreos (como jatos particulares). A atual interpretação do STF (Supremo Tribunal Federal) é que o imposto apenas incide sobre veículos automotores terrestres.

Entenda a **reforma tributária** sobre consumo

TRIBUTOS EXTINTOS

IPI (federal)

PIS (federal)

Cofins (federais)

ICMS (estadual)

ISS (municipal)

TRIBUTOS CRIADOS

IBS (o Imposto sobre Bens e Serviços)

Imposto seletivo

(sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente)

ALÍQUOTAS

Haverá uma alíquota única como regra geral (a ser definida) e 50% de redução para os seguintes setores:

Serviços de transporte público coletivo urbano ou semiurbano

Medicamentos

Serviços de saúde

Serviços de educação

Produtos agropecuários

Alimentos e produtos de higiene da cesta básica

Atividades artísticas e culturais nacionais

OUTRAS ALÍQUOTAS REDUZIDAS

Isenção para medicamentos

Redução em 100% da alíquota da CBS (parte federal do IBS) incidente sobre o ProUni (programa público de bolsas no ensino superior)

Hipóteses em que atividades agropecuárias, pesqueiras, florestais e extrativistas vegetais não sejam submetidas ao IBS e a CBS

Limite de receita anual de R\$ 2 milhões para que o produtor rural pessoa física fique isento de IBS e CBS, permitindo que repasse crédito presumido aos adquirentes de seus produtos

CASHBACK

O substitutivo apresentado criou a possibilidade de devolução do IBS e da CBS a pessoas físicas, algo a ser definido na lei complementar

REGIMES TRIBUTÁRIOS FAVORECIDOS

Zona Franca de Manaus Simples Nacional

REGIMES TRIBUTÁRIOS ESPECÍFICOS

Combustíveis e lubrificantes: monofasia (cobrança única, na fase inicial da cadeia) e possibilidade de crédito tributário para contribuinte

Serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos: tributação com base na receita ou no faturamento

Compras governamentais: não incidência

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O substitutivo instituiu o fundo para reduzir as desigualdades regionais e sociais, mediante a entrega de recursos aos estados para estudos, projetos e obras de infraestrutura; fomento a atividades produtivas com elevado potencial de geração de emprego e renda, e promoção de ações voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação

Repases da União iniciam em R\$ 8 bilhões em 2029 chegando a R\$ 40 bilhões a partir de 2033

TRANSIÇÃO EM OITO ANOS 2026: alíquota de 1% compensável com o PIS/Cofins

2027: entrada da CBS, extinção do PIS/Cofins e redução a zero das alíquotas do IPI (exceto na Zona Franca)

2029 a 2032: entrada proporcional do IBS e extinção proporcional do ICMS e do ISS

2033: vigência integral do novo sistema com extinção do antigo -a transição para o princípio do destino se dará em 50 anos, entre 2029 e 2078

CONSELHO

Cria o Conselho Federativo do Imposto sobre Bens e Serviços com gestão compartilhada por estados, DF e municípios

TRIBUTAÇÃO DA RENDA E DO PATRIMÔNIO

IPVA: cobrança sobre veículos aquáticos e aéreos

ITCMD (imposto sobre herança e doações): progressivo conforme o valor, e permissão para cobrança sobre heranças no exterior IPTU: autoriza atualização da base de cálculo do imposto

Em até 180 dias após a promulgação da proposta, o governo deve enviar ao Congresso a reforma da tributação da renda

É um relatório preliminar. Vamos visitar setores produtivos, prefeituras de grandes cidades, os governadores, ampliar o diálogo com Haddad e Lula

Reginaldo Lopes (PT-MG) deputado, coordenador do grupo de trabalho da reforma tributária

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50316&anchor=6479197&maxTouch=0&_ga=2.103984512.1421635523.1687143802-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=43d7e5400a1691fcedc95fd86e79b71f

Benefícios fiscais do ICMS ultrapassam R\$ 200 bilhões

Idiana Tomazelli

Os benefícios fiscais do ICMS, principal imposto estadual, devem alcançar a marca de R\$ 227,9 bilhões neste ano e impõem um desafio ao avanço da proposta de **reforma tributária** no Congresso Nacional. Governadores querem garantias de que a manutenção de parte desses incentivos até 2032, já aprovada pelo Legislativo na chamada "convalidação", será respeitada. Eles também demandam um fundo robusto, abastecido pela União, para manter acesso a instrumentos de política de desenvolvimento regional no futuro.

O tema dos benefícios está no centro da negociação de dois pontos sensíveis na reforma: o período de transição dos **impostos** estaduais e municipais para o novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) e o tamanho do FDR (Fundo de Desenvolvimento Regional).

Como antecipou a Folha, o período de transição pode ser maior para acomodar os benefícios já concedidos, dar segurança jurídica às empresas e diluir o impacto desse ponto da **reforma tributária** nas contas públicas.

Uma migração mais célere para o novo sistema poderia exigir da União o desembolso de uma compensação significativa pelo incentivo reduzido. Por isso, a transição dos **tributos** estaduais e municipais será mais longa.

No caso do FDR, a discussão é o valor a ser injetado pela União anualmente para que estados e municípios consigam dar novos benefícios, uma vez que o desenho do IVA inviabiliza reduções isoladas de alíquota ou concessão de créditos a determinados setores.

Em reunião nesta quinta-feira (22), o Ministério da Fazenda ofereceu um aporte de R\$ 40 bilhões, iniciando gradualmente em R\$ 8 bilhões a partir de 2025 e chegando ao valor cheio em 2029. Mas parlamentares e governadores querem uma cifra maior. Os estados pedem ao menos R\$ 75 bilhões.

No governo federal, há o desejo também de incluir algum mecanismo para "calibrar" o tamanho do FDR para o caso de a desigualdade regional cair ao longo dos anos - o que reduziria a necessidade do fundo.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se reuniu na manhã desta quinta com governadores na tentativa de solucionar esses impasses, mas ainda há pontos em aberto.

O tamanho da renúncia atual do ICMS foi estimado pela Febrafite (Federação Brasileira de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais) a partir de dados dos projetos de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) dos Executivos estaduais.

Os valores contemplam apenas o que os próprios governos declararam. Na prática, as cifras reais de renúncia tributária podem ser ainda mais elevadas, uma vez que alguns estados evitam entregar suas estratégias, enquanto outros enfrentam dificuldades para mensurar com precisão as benesses de gestões anteriores.

"O número pode ser maior, porque os estados têm seus próprios critérios de divulgação", diz o presidente da Febrafite, Rodrigo Spada.

Por outro lado, nem toda fatura de R\$ 227,9 bilhões é alcançada pela lei da convalidação dos benefícios fiscais, aprovada em 2017, nem está diretamente ligada à chamada "guerra fiscal", na qual os estados concedem créditos presumidos na tentativa de atrair empresas para seus territórios, permitindo que elas recolham menos **tributos**.

Segundo técnicos ouvidos pela reportagem, o montante aproximado dos benefícios do ICMS conectados à guerra fiscal deve estar na casa dos R\$ 120 bilhões ao ano.

O valor estimado para 2023 é maior que os R\$ 160,3 bilhões previstos em renúncias no ano passado. Segundo a Febrafite, cerca de 60% do montante de 2022 estão relacionados à guerra fiscal entre os estados (cerca de R\$ 100 bilhões).

Se a proporção for a mesma para este ano, o número se aproximaria de R\$ 137 bilhões.

A necessidade de manter a convalidação dos benefícios fiscais até 2032 entrou no radar do governo federal diante de alertas sobre um "risco jurídico" de qualquer impacto negativo do IVA sobre os incentivos

ser questionado.

O risco existe porque, ao reduzir gradualmente as alíquotas do ICMS para elevar a do novo IVA, as empresas beneficiadas terão um crédito menor do que o sinalizado quando elas tomaram suas decisões de negócio e planejaram a realização dos investimentos (sob a expectativa de determinado retorno).

Do ponto de vista jurídico, isso seria considerado uma espécie de quebra de contrato, deixando a porta aberta para uma enxurrada de ações.

Há uma tentativa também de adotar uma interpretação ampla sobre o alcance da lei de 2017, mas o governo federal entende que só estão convalidados os benefícios concedidos com prazo certo e sob condição (como a realização de um investimento).

Nesse escopo, os incentivos industriais duram até 2032, enquanto os não industriais começam a cair gradualmente já em 2029. A ideia de uma transição mais longa para o IVA é fazer com que o novo tributo ganhe espaço mais relevante na arrecadação apenas depois desse período.

O Ministério da Fazenda avalia que uma transição mais rápida do ICMS e do ISS municipal seria o melhor dos cenários, mas admite que isso cria problema para a convalidação dos incentivos. Ressarcir integralmente as empresas para fugir da ameaça jurídica ficaria muito caro para a União.

Além disso, transportar esses benefícios para o novo IVA ou abrir brecha para que os estados consigam emplacar de última hora uma prorrogação dessa convalidação é tudo que o governo federal quer evitar. Por isso, há um diagnóstico de que o Congresso não pode desperdiçar a chance atual de aprovar a reforma.

"Os estados estão muito mais vulneráveis a pressões e conluios entre poder político e econômico do que a União", diz Spada, da Febrafite.

Arrecadação federal é recorde para abril e maio

A arrecadação do governo federal registrou altas em abril e maio em comparação com o mesmo período do ano anterior e atingiu os maiores patamares da série, com início em 1995, para cada um dos meses, informou a **Receita Federal** nesta quinta-feira (22). Em abril a arrecadação teve avanço real de 0,31% e totalizou R\$ 203,889 bilhões, melhor resultado para o mês. Em maio, houve alta real de 2,89%, a R\$176,812 bilhões, também um pico da série para o mês.

A fatura de benefícios fiscais do ICMS*

Valor, em R\$ bilhões 2022 2023

31% é a fatia dos benefícios do ICMS em relação à receita projetada pelos estados com o imposto em 2023

*Os valores refletem estimativas dos próprios estados, seguindo critérios próprios, incluídas em seus PLDOs (projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2023. O número real de renúncias pode ser maior, uma vez que alguns governos estaduais preferem não explicitar todos os benefícios, ou consideram apenas a ampliação de renúncia de um ano para outro. Por outro lado, nem todos os incentivos estão diretamente relacionados à chamada "guerra fiscal". Fonte: Febrafite

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50316&anchor=6479197&maxTouch=0&_ga=2.103984512.1421635523.1687143802-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=43d7e5400a1691fcedc95fd86e79b71f

Mais um passo rumo à reforma

A proposta de emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** prevê a implementação do novo Imposto sobre Valor Adicional (IVA) a partir de 2026, mas a migração integral só acontecerá em 2033. A transição mais longa busca acomodar os benefícios fiscais já concedidos por estados e municípios e que têm manutenção garantida pelo Congresso Nacional até 2032.

Mesmo com essa saída, o governo federal vai injetar RS 160 bilhões ao longo de oito anos para compensar essa fatura, sem contar o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que terá RS 40 bilhões anuais a partir de 2033. Os estados, porém, pedem um valor maior, de RS 75 bilhões. O valor ainda deve ser alvo de negociações.

O presidente da Câmara, deputado federal Arthur Lira (PP-AL) foi o anfitrião da reunião que aconteceu nesta quinta entre membros do governo, do Congresso, governadores e secretários de Fazenda.

Versão preliminar A primeira versão do texto legal da proposta foi apresentada nesta quinta-feira pelo relator, deputado Agui-naldo Ribeiro (PP-PB), mas ainda está longe de ser a versão final a ser votada em plenário. O próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reconheceu que há ainda pontos em negociação.

"Vamos ainda visitar setores produtivos, prefeituras de grandes cidades, os governadores, ampliar o diálogo com ministro Fernando Haddad, com o presidente Lula", disse o coordenador do grupo de trabalho da reforma, deputado Re-ginaldo Lopes (PT-MG). Apesar disso, Lira se comprometeu em divulgação o texto em uma tentativa de "garantir o tempo da crítica", isto é, para os parlamentares estudarem a proposta.

No Congresso, aliados do presidente da Câmara defendiam postergar a divulgação para a próxima semana para evitar que a PEC fique exposta por muito tempo antes que finalmente seja levada para a votação em plenário. Mesmo assim, a promessa de divulgação foi mantida por Lira, que quer votar o projeto no plenário até 7 de julho.

Articulações Enquanto isso, articulações pela aprovação do texto seguem em várias frentes. Uma delas é encabeçada pelo governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB). Ele organiza em 4 de julho um encontro com deputados que integram as

bancadas do Sul e Sudeste para orientar o apoio à **reforma tributária** (Da Folhapress).

Entenda as mudanças propostas pelo governo

Um dos pilares da proposta é a fusão de PIS, Cofins e IPI (**tributos** federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal) em um IVA, que será chamado de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O sistema será dual: significa que uma parcela da alíquota será administrada pelo governo federal, e a outra, por estados e municípios.

Também será criado um imposto seletivo, que não tem uma finalidade arrecadatória e é aplicado sobre bens e serviços cujo consumo o governo pretende desestimular (como cigarros e bebidas alcoólicas). Alguns parlamentares defendem aplicá-lo ainda para coibir atividades poluentes.

O texto não indica quais seriam as alíquotas definitivas de cada um dos novos **impostos**, o que será definido posteriormente em lei complementar e ainda vai depender de cálculos efetuados em conjunto com o Ministério da Fazenda.

Até agora, sabe-se apenas que, em 2026, quando começa a transição, será aplicada uma alíquota de teste de 1%-cujo pagamento poderá ser abatido dos atuais PIS/Cofins.

No ano seguinte, haveria a implementação completa da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), parcela federal dentro do IBS, e a extinção do PIS/Cofins. As alíquotas do IPI também seriam zeradas, com exceção daquilo que impacta a Zona Franca de Manaus.

O ingresso gradual de estados e municípios no novo sistema se daria a partir de 2029, com conclusão em 2033, quando os atuais **tributos** seriam totalmente extintos.

A cobrança do tributo será realizada onde ocorre o consumo (destino), em substituição ao modelo atual de incidência no local de produção (origem).

Além do sistema dual, o texto também prevê a fixação de uma alíquota padrão e de uma reduzida (equivalente a 50% da cobrança padrão) para setores específicos, como medicamentos, dispositivos médicos e serviços de saúde, serviços de educação, transporte público coletivo, produtos agropecuários, artigos da cesta básica e atividades artísticas e

culturais nacionais. Alguns medicamentos específicos, como os usados para tratar o câncer, serão isentos. Haverá ainda redução de 100% da alíquota da CBS incidente sobre serviços de educação de ensino superior (ProUni).

Setores essenciais serão menos taxados

Edla Lula Ândrea Malcher

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/19, que define o novo sistema tributário brasileiro, apresentou ontem um parecer preliminar da proposta. O texto substitui cinco **tributos** por um Imposto de Valor Agregado (IVA) dual e um Imposto Seletivo. A previsão é de que a matéria vá a votação no plenário da Câmara na primeira semana de julho.

Pela proposta, os **tributos** federais IPI, PIS e Cofins serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), enquanto o ICMS, imposto estadual, e o ISS, municipal, serão unificados no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O relatório também prevê que o imposto será cobrado no destino, ou seja, no estado consumidor do bem ou serviço, e não na origem, onde é produzido.

Haverá uma alíquota padrão, a ser definida por lei complementar, e outra diferenciada, que poderá ter redução de 50% para bens e serviços dos setores de transporte público; medicamentos; dispositivos médicos e serviços de saúde; serviços de educação; produtos agropecuários, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura; insumos agropecuários; alimentos e produtos de higiene pessoal da cesta básica; e atividades artísticas e culturais nacionais.

O texto também isentou alguns tipos de medicamentos, como para o tratamento de câncer; e reduziu em 100% a alíquota da CBS incidente sobre serviços de educação de ensino superior (Prouni).

A proposta traz ainda as figuras dos regimes tributários favorecidos, que mantém a Zona Franca de Manaus e o Simples Nacional como estão atualmente, e dos regimes tributários específicos, para produtos como combustíveis e lubrificantes e serviços financeiros.

"Estamos no momento mais propício para votar a reforma.

Fizemos um debate intenso, temos pontos que eram interditados no debate anteriormente", comentou Ribeiro. Ele afirmou que, mesmo havendo divergências em alguns pontos, existe hoje o consenso, tanto entre governadores e prefeitos quanto entre a classe empresarial, de que "todos concordaram que é necessário aprovar a **reforma**

tributária".

Para reduzir as desigualdades regionais e sociais entre os entes da federação, o substitutivo cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que chegará a R\$ 40 bilhões até 2033. Os aportes de recursos serão feitos pela União em valores que iniciam em R\$ 8 bilhões em 2029. Outro fundo garante que os estados honrem os benefícios fiscais de programas de incentivos feitos com o ICMS em anos passados, convalidados até 2032. Os aportes de recursos serão feitos pela União em valores que começam em R\$ 8 bilhões em 2025, aumentam até R\$ 32 bilhões em 2028 e, depois, reduzem progressivamente até R\$ 8 bilhões em 2032.

O substitutivo estabelece um período de oito anos para a transição dos **tributos** antigos para os novos. Pelo texto, em 2026 haverá alíquota de 1% compensável com o PIS/Cofins; em 2027 será extinto o PIS/Cofins e as alíquotas do IPI serão reduzidas a zero.

Assim, passa a existir a CBS. Entre 2029 e 2032, haverá a entrada proporcional do IBS e extinção proporcional do ICMS e do ISS.

O regime passa a funcionar integralmente a partir de 2033.

Renda e patrimônio

Além dos **impostos** sobre consumo, o relator trouxe mudanças na tributação sobre renda e patrimônio, incluindo, por exemplo, a incidência do IPVA sobre barcos e aviões e a criação da regra que permite a cobrança sobre heranças no exterior.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/23/all.pdf>

Reforma tributária: texto dá largada nas negociações a partir de hoje na Câmara. Veja os principais pontos

Por Victoria Abel e Manoel Ventura, O Globo - Brasília

O relator da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou ontem a primeira versão do chamado substitutivo da proposta, que deve ser votada no plenário da Casa na primeira semana de julho.

Ele já havia apresentado as linhas gerais da reforma, mas agora, pela primeira vez, trouxe o texto da proposta de Emenda à Constituição (PEC), mas o formato final ainda está longe de ser a versão final a ser votada pelos deputados. Agora, praticamente vencida a aprovação do arcabouço fiscal, é que começam de forma mais intensa as negociações em torno da reforma, outra pauta econômica crucial para o governo.

- (Haverá) Muita discussão ainda neste fim de semana, toda a semana que vem, para que possamos levar a plenário a discussão e votação entre os dias 3 e 7 (de julho) - afirmou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O primeiro desenho da **reforma tributária** veio com novidades em relação ao que vinha sendo negociado no grupo de trabalho formado na Câmara. Haverá transição mais longa que o esperado, de oito anos, serão criados dois fundos de compensação para estados, um permanente e o outro provisório, e variações de alíquotas para alguns setores. A regulamentação do "cashback" ficou para lei regulamentar posterior.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/06/reforma-tributaria-texto-da-largada-nas-negociacoes-a-partir-de-hoje-na-camara-veja-os-principais-pontos.ghtml>

Dúvidas dos governadores

Na tentativa de vencer resistências e garantir a aprovação da **reforma tributária** sem maiores sobressaltos, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), reuniu-se com governadores na manhã de ontem, antes da apresentação do texto final, para negociar pontos sensíveis da proposta. Na ocasião, foram ouvidas as queixas dos estados que temem a perda de arrecadação com o novo regime tributário.

O encontro com governadores e representantes dos 26 estados e do Distrito Federal durou cerca de três horas. "Os governadores aqui puderam expressar as suas inquietudes regionais, as suas inquietudes estaduais. Vamos fazer isso ainda com os prefeitos de grandes cidades, prefeitos de capitais, assim como todo o setor produtivo", destacou Lira.

O maior impasse entre os estados em relação à proposta é a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) para compensar perdas com o novo regime tributário. Após o encontro, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), confirmou que o valor do aporte da União estaria entre os R\$ 40 bilhões por ano, aceitos pela União, e R\$ 75 bilhões, montante proposto pelos estados.

"Isso é uma negociação. A Fazenda sempre vai querer dar menos, os governadores sempre vão querer mais. E a gente vai chegar, no final das contas, a uma convergência", declarou o governador. A ideia é que o montante seja utilizado apenas durante o período de transição para o novo sistema tributário, que deve durar 20 anos.

Segundo Tarcísio, o valor crescerá em R\$ 8 bilhões por ano até alcançar, em 2029, os R\$ 40 bilhões citados. "Se a gente acaba com incentivo fiscal, porque a gente muda a tributação para o destino, é correto que a União assuma a responsabilidade de fazer política de desenvolvimento regional.

Pelo menos R\$ 40 bilhões estão garantidos, o resto é da negociação", frisou.

Um dos maiores críticos da reforma, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), saiu do encontro dizendo que apoiará o texto, se for a decisão da maioria. "Nós ainda estamos no abstrato. Com o texto, faremos a nossa simulação e vamos debater", declarou. "A vida toda me curvei à decisão do placar, respeito e sempre respeitarei a decisão da maioria",

afirmou.

O presidente da Câmara adiantou que o texto apresentado ontem não incorporaria todos os pontos trazidos pelos governadores.

"O texto será disponibilizado para que todos possam criticar, e não necessariamente esse será votado. Aqui, foram tratados muitos temas e sugestões dos governadores, e entendo que serão ainda acomodadas no texto algumas situações que serão resolvidas com emendas ou com destaques no plenário", disse.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/23/all.pdf>

Arthur Lira pede pragmatismo para aprovar reforma tributária

A GOVERNADORES Após mais de duas horas ouvindo governadores elencarem seus receios em torno da **reforma tributária**, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), fez um apelo a todos que estiveram na sua residência oficial ontem (22). Ele pedia pragmatismo para que se consiga aprovar a reforma possível e paciência com o texto que começou a ser divulgado ontem. Lira também enfatizou que o relatório não será ainda a versão final, que só será definida no plenário. "O que eu peço a todos é que, neste momento, a gente ainda ajude na forma conceituai da reforma. E os pormenores, nós só vamos ter votos se fizermos o pragmatismo da reforma possível. É um apelo que eu faço", afirmou.

Apesar de um questionamento ou outro, o tom da reunião foi bastante ameno e construtivo, com governadores externando suas preocupações. Lira ouviu atento aos apelos dos governadores, mas tentou dar ares mais objetivos ao encontro, com a apresentação concreta de demandas a serem negociadas com o Congresso.

O deputado alagoano garantiu aos governadores que o Congresso tem boa vontade para corrigir problemas e não há interesse de causar dificuldades a nenhum setor, região ou Estado. Ele assegurou que todos os pontos divergentes serão discutidos e acordados. "Os líderes vão sangrar isso aqui (o texto) até a exaustão", disse.

O governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT), lembrou que nenhum texto terá unanimidade, mas que o país não pode mais conviver com o atual sistema tributário, gargalo de investimentos. "Os pontos de divergência são muito pequenos. Todos ganham, alguns vão ganhar um pouco mais, mas ninguém vai perder", disse.

Lira convocou os governadores a estarem em Brasília na semana de 3 a 7 de julho. "Muita coisa a gente só resolve quando está no plenário", afirmou. Nesse período, governadores do Sul, Sudeste e Mato Grosso do Sul estarão reunidos para fechar questão em torno de "pontos primordiais", avisou o governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD).

Atendendo a pedido de Lira, o relator da reforma, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou ontem o texto da PEC. Ele destacou que é uma versão preliminar e

que pode sofrer mudanças antes de ser votada.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Reforma tributária: será que agora vai? - VERA MAGALHAES

VERA MAGALHAES

Poucas máximas têm sido tão difundidas em 2023 quanto "chegou a hora da reforma tributária". Com sua aura um tanto mística, ela tem provido parlamentares, ministros, empresários e analistas de um otimismo e um grau de consenso raros no polarizado ambiente brasileiro. Mas será tão simples assim aprovar a reforma do consumo, que cria aversão brasileira do IVA, o Imposto sobre Valor Agregado, e tem a pretensão de trazer previsibilidade ao caótico sistema tributário brasileiro?

Nesse debate de décadas, o diabo tem morado nos detalhes. Será agora, a partir do conhecimento do texto do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que eles começarão a aparecer e a gerar o dissenso que muitos insistem ter sido afastado.

Temas como prazo de transição do atual sistema de **impostos** sobre o consumo (principalmente ICMS) para o IVA, exceções à alíquota geral do novo tributo, como estabelecer um "cash back" dessa cobrança para pessoas de baixa renda (e de que renda e em que produtos), valor extra a cobrar sobre produtos que causam malefício, fundo de equalização de desigualdades regionais e compensação de incentivos suprimidos com a reforma. A lista das possíveis tretas não para por aí.

Evitar que cada um desses tópicos interdicte a votação será uma tarefa complexa, que talvez seja facilitada não porque "chegou a hora" da reforma, mas porque o superpoderoso Arthur Lira tomou a missão para si e resolveu fazer dela o trunfo virtuoso de sua passagem pela presidência da Câmara, como contraponto a assuntos como o orçamento secreto, sua marca indelével até aqui.

Só alguém com a ascendência plena sobre diferentes bancadas, como ele, será capaz de conciliar interesses tão distintos quanto os da indústria (pró-reforma, por ver nela possível redução da carga tributária) e os dos setores de serviços e agropecuária (ambos reticentes, pela razão inversa). Lira tem sido claro, a despeito das declarações de que o momento chegou, ao dizer que, sem atender aos clamores do agro, a reforma não sairá de novo, porque a bancada ruralista e a mais poderosa do Congresso.

Da mesma maneira foi possível assegurar no texto constitucional, novamente, a manutenção do regime especial da Zona Franca de Manaus, bem como excetuar as áreas de educação, saúde, construção e transporte-essa lista pode tender ao infinito a depender dos lobbies que começam a chegar aos gabinetes de deputados e senadores.

Ninguém duvida da necessidade urgente de desbastar o cipoal tributário brasileiro ou consegue dizer que o sistema atual seja ao menos razoável. Mas, como se viu na reforma trabalhista e na previdenciária, existe uma força de atração que puxa o país para manter sistemas disfuncionais que travam seu desenvolvimento, misturando interesses cartoriais e simples aversão ao novo. Funciona mais ou menos assim: se a mudança não for segundo os próprios interesses, melhor deixar como está.

Entender esse grau de complexidade ditará a diferença entre o sucesso na empreitada de votar a reforma e um novo fracasso. Lira é o personagem-chave, de novo, mas o governo e o Senado terão um papel importante também para vencer resistências de estados e municípios e garantir as exceções que poderão tornar a reforma mais lenta e menos eficaz, mas viável.

-Uma reforma radical não passa, assim como um arcabouço fiscal radical não passaria-resumiu Fernando Haddad, de novo demonstrando um grau de pragmatismo acima da média do governo e do PT.

Se for essa a mentalidade a ditar as negociações que começam para valer agora, com o texto na mesa, aumenta muito a chance de que o mantra de autoajuda político do "agora vai" se materialize em aprovação.

Entender o grau de complexidade ditará a diferença entre o sucesso na empreitada de votar a reforma e um novo fracasso

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Analistas apontam problemas; governo aprova

Rosana hessel

Na avaliação de analistas, o texto do substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição 45/2019, apresentado ontem pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), está confuso e deixa brechas para a fiscalização dos **tributos** no destino, pois há fragilidade na fiscalização na última milha, ou seja, nos municípios.

"A reforma está muito desconfigurada.

Há exceções demais, que não fazem sentido.

Não é a reforma com foco setorial que estava sendo discutida.

No máximo, poderia ocorrer um imposto dual, duas alíquotas apenas para todos os setores", ponderou Sergio Vale, economista- chefe da MB Associados.

Segundo ele, a escolha de setores para ter alíquotas menores abre brecha imediata para outros também tentaram diminuir suas alíquotas.

Além disso, segundo Vale, os fundos destinados a compensar os estados parecem subestimados.

"Por ora, é uma reforma que vai sair mais cara do que trazer resultados convincentes", afirmou.

A secretária de Economia de Goiás, Selene Peres Nunes, porém, argumenta que, "se o governo concedesse R\$ 75 bilhões por ano aos fundos de compensação dos estados, não haveria necessidade de arcar com benefícios do ICMS convalidados. Porém, R\$ 40 bilhões (anuais) é claramente insuficiente até para os convalidados, quem dirá para o Fundo de Desenvolvimento Regional", afirmou.

A economista, uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal, lembrou que, no que se refere ao Fundo de Desenvolvimento Regional, são três questões em jogo: como financiar, o que financiar e como distribuir. "Repassar 1% do CBS é a proposta de financiamento da União. Os secretários de Fazenda pensaram em tirar do Imposto Seletivo, mas a União argumenta que esse tributo é regulatório.

Outra questão é como usar.

Acho melhor deixar os benefícios convalidados irem minguando e manter apenas o Fundo de Desenvolvimento Regional a critério de cada estado, como subsídio para empresas, investimento em infraestrutura, etc", explicou.

"Melhor ainda seria não fazer uma reforma tão radical, que centraliza arrecadação e tem tantos riscos e dificuldades de negociação", emendou.

De acordo com ela, como o texto que o relator apresentou é provisório, há esperança de que propostas feitas pelos governadores sejam incluídas no texto final.

Concessões

Na avaliação de uma fonte da equipe econômica, o relatório de Ribeiro "preserva as diretrizes básicas da reforma" que estavam no texto original da PEC 45. "Foi necessário fazer concessões para alguns setores para viabilizar politicamente a proposta.

Segundo a fonte, a proposta do deputado prevê um custo para a União com o fundo regional menor do que R\$ 50 bilhões por ano. Isso porque ele começa com R\$ 8 bilhões, em 2029, e chega a R\$ 40 bilhões, em 2033 e nos anos seguintes. Portanto, acrescentou, "o custo para a União será menor do que os R\$ 50 bilhões a R\$ 60 bilhões que vinham sendo ventilados".

Contudo, vale lembrar que 10 estados, incluindo Goiás, São Paulo e Pará, são críticos à arrecadação centralizada e alertam para uma série de problemas.

Por essa visão, além de acabar com a autonomia dos entes federativos prevista na Constituição, a reforma gera, por exemplo, dúvidas sobre a eficiência do Conselho Federativo, porque não há uma garantia de que o sistema conseguirá funcionar perfeitamente para todas as operações do país.

Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm ainda preocupação com a tributação no destino, pelo risco de afetar renda e emprego, já que deixariam de existir os incentivos fiscais que levam indústrias para essas regiões. O estado de Goiás, por exemplo, alerta para o risco de que municípios se transformem em "pequenas Detroits", numa alusão à cidade norte-

americana que definiu com a crise da indústria automotiva.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/06/23/all.pdf>

2º lote de restituição liberado para consulta

Apartir das 10h de hoje, o contribuinte que entregou a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2023 acertará as contas com o Leão.

Nesse horário, a **Receita Federal** liberará a consulta ao segundo dos cinco lotes de restituição de 2023.

Também serão contempladas restituições residuais anteriores.

Ao todo, 5.138.476 contribuintes receberão R\$ 7,5 bilhões. Todo o valor, informou o Fisco, irá para contribuintes com prioridade no reembolso.

A maior parte, 3,49 milhões de contribuintes, informou a chave Pix do tipo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) na declaração do Imposto de Renda ou usou a declaração pré-preenchida. Novidade na declaração a partir deste ano, a informação da chave Pix dá prioridade no recebimento da restituição.

Grupos prioritários Os outros contribuintes que são considerados, legalmente, prioritários para receber a restituição do IR são: os idosos acima de 80 anos; pessoas com idade entre 60 e 79 anos; contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou doença grave e, por fim, aqueles cuja a maior fonte de renda seja o magistério.

A consulta poderá ser feita na página da **Receita Federal** na internet.

Basta o contribuinte clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no botão "Consultar a Restituição". Também é possível fazer a consulta no aplicativo da **Receita Federal** para tablets e smartphones. O pagamento será feito em 30 de junho, na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Renda. Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se verificar uma pendência, pode enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes da malha fina. O pagamento desse lote acontecerá no próximo dia 30 de junho.

A Receita anunciou que o pagamento do lote será no dia 30 de junho

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-impressa/2458/23-06-2023/>

Mercado de trabalho ajuda arrecadação em maio

Beneficiada pelo mercado de trabalho, a arrecadação federal atingiu em maio pela décima vez nos últimos 12 meses um patamar recorde para o mês. Conforme a **Receita Federal**, o indicador alcançou R\$ 176,8 bilhões no mês passado, alta de 2,89%, sempre em termos reais e em relação ao mesmo período de 2022. Desde junho de 2022, apenas em novembro e março a arrecadação não atingiu patamar recorde para o respectivo mês.

Na análise sobre o resultado de maio, a Receita destacou que a arrecadação previdenciária alcançou R\$ 48,4 bilhões, alta de 6,98%. "Esse resultado pode ser explicado pelo crescimento real de 4,38% da massa salarial."

"Os **tributos** ligados ao mercado de trabalho seguem bastante resilientes", escreveu o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, em relatório.

Thiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos, afirmou, também relatório, que "os resultados de maio foram afetados positivamente por serviços e mercado de trabalho, que impulsionaram o PIS/Cofins e a arrecadação previdenciária".

Ítalo Franca, economista do Santander, chamou atenção para o impacto do reajuste do salário mínimo acima da **inflação** sobre essas receitas previdenciárias. "Esperamos números positivos ligados ao mercado de trabalho adiante", escreveu.

Em sentido oposto, os economistas classificaram as receitas ligadas ao lucro das empresas como destaque negativo, devido à queda do preço de commodities.

Já na série móvel trimestral dessazonalizada, medida usada para captar tendências, a arrecadação total da União teve alta de 0,9% em maio em relação a abril, nos cálculos de Franca.

Nos cinco primeiros meses do ano, por sua vez, a arrecadação alcançou R\$ 972,9 bilhões, alta de 1,02% e também o melhor resultado da série histórica para o período, segundo a Receita.

A XP prevê crescimento de 0,8% para o indicador em 2023, com a arrecadação atingindo R\$2,35 trilhões.

Já Franca, do Santander, projeta "pequena queda"

para este ano. Ele chamou atenção para "o desempenho pior da atividade econômica e os preços de commodities perdendo força na comparação com 2022". Ele destacou que a arrecadação é um aspecto essencial "para o cumprimento da nova proposta de arcabouço" para as contas públicas da União.

Serrano, do BTG Pactual, afirmou que "os dados seguem corroborando" a expectativa da desaceleração do crescimento das receitas ao longo de 2023, "ainda que em ritmo ligeiramente mais lento do que o esperado". Segundo ele, o processo reflete três fatores: atividade econômica mais fraca, **inflação** menor e queda no preço médio das commodities.

Ele disse ainda que o programa Litígio Zero, lançado pela Receita no começo do ano, arrecadou apenas R\$ 2,1 bilhões em maio. "Em nosso cenário-base não assumimos que o programa contribuirá de maneira significativa para a arrecadação de 2023." O economista destacou que "declarações do governo feitas no fim de maio indicavam que a receita oriunda do programa poderia alcançar "dezenas de bilhões de reais".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187583?page=2§ion=1>

Arrecadação federal soma R\$ 176,8 bilhões em maio

Brasília - A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 176,812 bilhões em maio, conforme divulgação realizada ontem pela **Receita Federal**.

O resultado representa um aumento real (descontada a **inflação**) de 2,89% na comparação com maio do ano passado, quando o recolhimento de **tributos** somou R\$ 165,333 bilhões em termos nominais. O valor arrecadado no mês passado foi o maior para meses de maio na série histórica iniciada em 1995 em valores corrigidos pela **inflação** do IPCA. Ante abril deste ano houve queda real de 13,48%. O dado ficou dentro do intervalo de projeções de analistas, entre R\$ 162 bilhões e R\$ 231,8 bilhões.

O Fisco ainda apontou que houve crescimento real de 7,2% na arrecadação da Contribuição Previdenciária em razão do crescimento da massa salarial. Houve também aumento na arrecadação do IRRF (retido na fonte) sobre as aplicações de Capital em razão do desempenho de títulos e fundos de renda fixa. A Receita também destacou o recolhimento, em maio, de R\$ 1 bilhão pelo Imposto sobre Exportação em razão da tributação de óleo bruto, em razão da medida provisória editada pelo governo Lula, para compensar a reoneração parcial dos combustíveis.

No acumulado do ano até maio, a arrecadação federal somou R\$ 962,496 bilhões, também o maior volume da série histórica, corrigida pelo IPCA. O montante ainda representa avanço real de 1,02% na comparação com os primeiros cinco meses de 2022. A Receita confirmou também que a arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 203,889 bilhões em abril. O resultado daquele mês ainda não tinha sido divulgado pelo Fisco, devido à operação padrão dos servidores do órgão, que cobravam a regulamentação do bônus de produtividade, pendente desde 2017.

No dia 5 de junho o presidente Lula editou um decreto regulamentando o pagamento. O resultado das receitas em abril veio acima da média de R\$ 203,75 bilhões calculada pelas instituições ouvidas pelo Projeções Broadcast. O dado ficou dentro do intervalo das estimativas, que ia de R\$ 145,208 bilhões até R\$ 205,50 bilhões.

Site:

[https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo
/?flip=acervo](https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo)

Arrecadação federal bate recorde em abril e maio

Brasília - A arrecadação da União com **impostos** e outras receitas obteve recorde em abril e maio e alcançou R\$ 962,49 bilhões no acumulado do ano. O resultado representa uma alta real de 1,02%, ou seja, descontada a **inflação**, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os dados foram divulgados ontem pela **Receita Federal**. É o melhor desempenho arrecadatário para o período acumulado, de janeiro a maio, da série histórica, iniciada em 1995.

Em abril, o recolhimento somou R\$ 203,88 bilhões. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, houve aumento real de 0,31%. Segundo a Receita, também é o melhor desempenho para abril e para o primeiro quadrimestre da série histórica.

Já em maio, a arrecadação totalizou R\$ 176,81 bilhões, também o maior valor já registrado para esse mês desde 1995. Em relação a maio de 2022, houve acréscimo real de 2,89%.

Os dados completos sobre a arrecadação estão disponíveis no site da **Receita Federal**. As informações são divulgadas mensalmente, mas a greve dos auditores da Receita atrasou a publicação dos dados de abril.

Em maio, em relação às receitas administradas pela **Receita Federal**, o valor arrecadado ficou em R\$ 171,42 bilhões, representando acréscimo real de 3,54%, enquanto no período acumulado de janeiro e maio a arrecadação alcançou R\$ 913,89 bilhões, aumento real de 2,44%.

A alta pode ser explicada, principalmente, pelo desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de **tributos** e pela arrecadação da receita previdenciária e do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - Rendimentos do Capital.

Só em maio, a receita previdenciária alcançou R\$ 48,39 bilhões, com acréscimo real de 6,98%, em razão do aumento real de 4,38% da massa salarial. Além disso, houve crescimento de 30% das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em razão da Lei 13.670/18, que vedou a utilização de créditos tributários para a compensação de débitos de estimativas mensais do Imposto de Renda Pessoa

Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas.

No acumulado do ano, o resultado da receita previdenciária chegou a R\$ 239,79 bilhões, alta real de 7,20%. Esse item pode ser explicado pelo aumento real de 9,82% da massa salarial e de 32% nas compensações tributárias com os débitos.

Já o IRRF - Rendimentos de Capital totalizou uma arrecadação de R\$ 7,42 bilhões em maio, com acréscimo real de 23,07%. Os resultados podem ser explicados pela alta da taxa Selic (juros básicos da economia), que influenciou o recolhimento dos rendimentos dos fundos e títulos de renda fixa. No mês, o acréscimo nesses itens foi de 9,37% e 59,32%, respectivamente.

No acumulado do ano, o IRRF - Rendimentos de Capital teve alta de 37,39%, chegando a R\$ 40,65 bilhões. Os acréscimos nominais chegaram a 41,24% em fundos e a 77,69% em títulos de renda fixa.

Lucro das empresas - O resultado da arrecadação de maio foi influenciado por alterações na **legislação tributária** e por pagamentos atípicos tanto em 2022 quanto em 2023, especialmente do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. Segundo a Receita, ambos são importantes indicadores da atividade econômica, sobretudo, do setor produtivo.

As desonerações concedidas no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (PIS/ Cofins) também influenciaram no resultado.

A arrecadação do IRPJ e da CSLL somou R\$ 24,89 bilhões em maio, com redução real de 4,63% sobre o mesmo mês de 2022. O resultado é explicado pelo decréscimo real de 11,05% na arrecadação da estimativa mensal de empresas. Na apuração por estimativa mensal, o lucro real é apurado anualmente, sendo que a empresa está obrigada a recolher mensalmente o imposto, calculado sobre uma base estimada.

No acumulado do ano, o IRPJ e a CSLL somaram R\$ 229,60 bilhões, com queda real de 0,82%. Esse desempenho é explicado pelo crescimento real de 1,05% da estimativa mensal, de 12,20% do balanço trimestral e de 7,09% do lucro presumido, conjugado com o decréscimo real de 34,39% na declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL, relativa a fatos geradores ocorridos em 2022.

"Além disso, houve recolhimentos atípicos da ordem de R\$ 5 bilhões, especialmente por empresas ligadas à exploração de commodities, de janeiro a maio deste ano, e de 20 bilhões, no mesmo período de 2022", informou a **Receita Federal**. Apenas no mês de maio deste ano não houve recolhimento de receitas extraordinárias no IRPJ e na CSLL. Em maio de 2022, houve arrecadação de 2 bilhões nesses itens.

Também houve recolhimento extra do imposto de exportação sobre combustíveis em maio deste ano, de R\$ 1,02 bilhão, o que não aconteceu em maio de 2022.

Já em relação às desonerações tributárias, apenas em maio, a redução de alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis resultou em uma desoneração de R\$ 3 bilhões. No ano, a desoneração chega a R\$ 17,25 bilhões. Já a redução de alíquotas de IIPI custou R\$ 1,9 bilhão à Receita no mês passado e R\$ 7,6 bilhões no acumulado de janeiro e maio.

"Sem considerar os fatores não recorrentes acima, haveria um crescimento real de 6,46% na arrecadação do período e de 4,87% na arrecadação do mês de maio", informou o órgão. (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Decisão do Banco Central provoca forte reação - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, conseguiu o que parecia impossível: uniu diferentes setores da sociedade e representantes das mais variadas cores ideológicas contra os juros altos. Mais do que a decisão de manter a Selic a 13,75% ao ano, o que incomodou foi o **comunicado** lacônico do BC, que não deu sinais sobre quedas no futuro próximo. "A decisão do BC não é técnica coisa nenhuma", diz Luiz Alves, sócio-fundador da Versa Asset, gestora de um dos fundos multimercados mais rentáveis do país. "É uma decisão repleta de subjetividades." Os empresários engrossaram as reclamações. "Nada justifica o Brasil seguir com o título de campeão mundial de juros reais", diz uma nota assinada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Na política, as lamúrias vieram de todos os lados, e agora há quem defenda até retrocessos, como o fim da autonomia do Banco Central. Contudo, um erro não deveria justificar outro.

Bolsa cai, mas desânimo não deverá durar muito tempo

Como era de se esperar, uma ducha de água fria desabou sobre a bolsa brasileira no dia seguinte à decisão do Banco Central em manter os juros nas alturas. Ontem, o Ibovespa caiu 1,23%, interrompendo uma sequência de altas em junho. Apesar do descontentamento dos investidores, analistas sérios acham que o movimento é apenas pontual e não afeta, no médio prazo, a perspectiva de valorização dos ativos. Afinal, cedo ou tarde o BC terá de cortar a Selic, o que deverá impulsionar a renda variável.

Para incorporador, taxa Selic é indefensável

O setor imobiliário tem sido um dos mais penalizados pelos juros nas alturas. "A atual taxa é exorbitante e indefensável", lamenta o vice-presidente de uma das maiores incorporadoras do Brasil. "O Banco Central errou feio na condução da política monetária e isso certamente vai atrasar a retomada econômica do país." De fato, o executivo tem motivos de sobra para reclamar. No primeiro trimestre, os lançamentos imobiliários desabaram 30,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

Brasil está no topo de ranking sobre bioenergia

Um estudo recente realizado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) constatou a força da produção bioenergética no Brasil. De acordo com o levantamento, o país ocupa o segundo lugar no ranking global que avaliou dados como capacidade instalada, perspectivas de negócios e índice de inovação no setor. O resultado chama ainda mais a atenção considerando o número de nações que foram avaliadas para a elaboração da lista - 166 ao todo.

Rapidinhas

» A incorporadora e construtora Direcional Engenharia protocolou ontem na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) uma oferta primária de ações que poderá chegar a R\$ 431 milhões. De acordo com a Direcional, os recursos serão destinados principalmente para financiar o crescimento da empresa e otimizar a estrutura de capital.

» A Amaggi, maior trading agrícola de capital nacional, lançou um programa para promover a agricultura regenerativa. Chamada Amaggi Regenera, a iniciativa tem por objetivo impulsionar a adoção de práticas sustentáveis não só nas fazendas do grupo, mas em toda a sua rede de parceiros. O projeto nasceu com o apoio da Embrapa.

» O Mercado Livre foi eleito pela revista americana Time uma das "100 empresas mais influentes do mundo em 2023." Para justificar a escolha, a publicação disse que a empresa teve papel vital no desenvolvimento tecnológico da América Latina e na inclusão financeira. O Mercado Livre nasceu na Argentina, mas tem no Brasil sua principal operação.

» A intenção de consumo das famílias, um termômetro importante da atividade econômica, subiu 2,6% na passagem de maio para junho, conforme levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Segundo a entidade, o otimismo só não é maior pelo alto nível de endividamento.

R\$ 176,8 bilhões foi a soma da arrecadação de **impostos** e contribuições em maio. Segundo a **Receita Federal**, é o maior valor para o mês da série histórica iniciada em 1995

"Nós estamos contratando um problema futuro com essa taxa de juros. É isso o que essa decisão significa. Ela está contratando uma **inflação** futura ou um aumento da carga tributária futura" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/06/23/all.pdf>

Governo e empresas fazem críticas à decisão do Copom

Lu Aiko Otta, Estevão Tair, Guilherme Pimenta, Larissa Garcia e Fabio Murakawa De Brasília (Colaboraram Carlos Prieto e Sérgio Tauhata, de São Paulo)

Ao manter em 13,75% a taxa de juros básica da economia, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central "está contratando **inflação** futura ou aumento de carga tributária futura", disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele subiu o tom e ampliou as críticas, afirmando que o **comunicado** da reunião foi "como de hábito muito ruim" e mostra "descompasso" entre a leitura feita pelos integrantes do colegiado e o que está ocorrendo no país.

O ministro está em Paris, onde acompanha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em reunião com o presidente da França, Emmanuel Macron.

Um integrante da equipe econômica foi além e avaliou que o **comunicado** tomou "mais difícil" a continuidade do plano de voo traçado por Haddad para retomar o crescimento, trazendo de volta um "cenário preocupante". Segundo sua leitura, a Fazenda executou a parte que lhe cabia, ao avançar com o ajuste fiscal e assim criar condições para o corte dos juros, mas o Banco Central sequer sinalizou a redução da taxa.

Nos telefonemas trocados na cúpula do governo na noite de quarta-feira, após a decisão, integrantes da ala política chamaram o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de "bolsonarista sabotador", relatou fonte. A reportagem também ouviu a palavra "sabotagem" de outros integrantes do governo.

"Nem todo o contorcionismo do **comunicado** do BC justifica essa taxa de juros", disse ao Valor o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. "Para mim, e para empresários e economistas deste país, está claro que as condições para a queda de juros estão dadas." Em Roma, onde se encontrou com o papa Francisco antes de seguir para a França, Lula classificou de "irracional" a taxa de juros de 13,75% para uma **inflação** de 5%. "Acho que esse cidadão joga contra a economia brasileira", acrescentou, referindo-se a Campos.

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, fez coro às críticas. Ele disse não haver oposição do governo

ao BC ou ao Copom, mas disse que é "preciso ter bom senso" e que é "difícil de entender" a decisão do comitê.

Segundo fonte da área econômica, o **comunicado** foi "opaco" e gerou uma "disparidade completa de expectativas". Para outro interlocutor, o texto mostra o BC se "afastando inclusive da leitura mais conservadora do mercado".

Haddad destacou que a taxa de juros real deve estar na casa dos 8% e que a Selic é a mais alta do mundo. E chamou a atenção para os reflexos negativos da decisão. "O que vi foi juro subir, bolsa cair." Haverá também reflexos na política fiscal, alertou o ministro. Estados e municípios estão perdendo arrecadação. Tampouco a União tem conseguido receitas no nível esperado, por causa da pendência em relação ao voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

A arrecadação vai cair porque a política monetária buscará desacelerar a economia, disse um integrante da equipe econômica. Segundo essa análise, será mais difícil, por exemplo, cumprir as metas estabelecidas no arcabouço fiscal.

Haddad e outros integrantes da equipe econômica afirmaram que o colegiado ignorou os avanços no quadro fiscal nos últimos meses. O ministro criticou o peso que o Copom dá às expectativas de mercado captadas na pesquisa Focus e afirmou que ela deve ser subsídio, e não a decisão em si. Disse que faz um "esforço genuíno" para entender a ação do BC. "Na técnica, não consigo entender o **comunicado**." Na equipe econômica, existe a análise de que o texto deixou de fora pontos relevantes. "Colocou o câmbio de referência bem mais baixo do que antes, mas não fez comentário sobre o impacto disso na **inflação**", disse uma fonte, que citou também que o órgão "desprezou a manutenção dos juros do Fed [Federal Reserve, banco central americano]".

Houve ainda a percepção de que o BC não comentou, além do cenário de referência, o impacto positivo da bandeira verde de energia e não mencionou o a mudança na política de preços da Petrobras.

Alguns segmentos de empresas também fizeram críticas à decisão. A manutenção da Selic e a falta de

sinalização clara sobre o início do ciclo de cortes deve levar o setor de máquinas a rever suas previsões para 2023. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) o segmento deve passar de uma projeção de crescimento de 2,4% neste ano para uma queda na receita total.

"A manutenção da taxa de juros não condiz com a realidade de um cenário econômico mais controlado. Mas preocupa que não veio uma sinalização para a próxima reunião em agosto. Esperamos que a ata possa trazer uma surpresa boa", afirmou Cristina Zanella, diretora de competitividade, economia e estatística da Abimaq. "O pior cenário é se o ciclo de baixa ficar para 2024." Para o presidente do Sebrae, Décio Lima, "falta sensibilidade com os pequenos empresários e empreendedores do país". Segundo ele, com a manutenção das taxas de juros no patamar atual, as pequenas empresas "vão falir, será uma questão de tempo".

A Selic no patamar atual mantém o crédito imobiliário sob pressão, segundo a plataforma digital especializada em financiamento habitacional Melhor-Taxa. Segundo o serviço, o crédito para aquisição da casa própria alcançou taxa média de 10,07% em maio, mas o custo tende a continuar em alta enquanto os juros permanecerem no nível de agora. Ao mesmo tempo, os bancos têm ficado mais seletivos nas concessões.

De acordo com Julien Desvergnès, co fundador da fintech, a renda mínima familiar necessária para financiar um imóvel de R\$ 500 mil, no prazo de 360 meses (30 anos), alcança hoje R\$ 15 mil mensais, com parcela inicial em torno de R\$ 4,5 mil. No caso de um imóvel de R\$ 750 mil, a renda mínima sobe para R\$ 22,5 mil, com a primeira parcela de R\$ 6,7 mil.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187583>

'É um descompasso que contrata problemas no futuro", diz Haddad

Ana Carolina Amaral

"[A decisão do Banco Central] é um descompasso entre o que acontece com o Brasil, o dólar, a curva dos juros, a atividade econômica. O contexto dá um claro sinal de que poderíamos sinalizar corte da taxa Selic, a mais alta do mundo", afirmou nesta quinta-feira (22) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre a decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) de manter a taxa básica de juros em 13,75%.

Segundo o ministro, a decisão contrata problemas para o futuro, com inflação e também com tributação.

"Esse descompasso nos preocupa há muito tempo", disse Haddad, que defendeu a relativização das pesquisas.

"Sou a favor de olhar as pesquisas, entendo isso, mas elas são subsídios para a tomada de decisão e não podem substituir a autoridade monetária", afirmou, acrescentando que as pesquisas têm errado nos últimos seis meses.

O ministro também mostrou otimismo na relação com o Congresso para a aprovação do marco fiscal e a tramitação da reforma tributária.

"O marco fiscal já está aprovado, agora é só decidir o texto, uma vírgula para lá ou para cá, mas o desenho está aprovado", afirmou Haddad. Já sobre a reforma tributária, o ministro disse que o governo deve negociar os termos com o Congresso, mas espera votar em julho.

MOTIVAÇÃO

Questionado sobre qual seria a motivação da decisão do Banco Central, Haddad respondeu que, na técnica, não conseguiu entender. "Tenho tentado, sinceramente, entender. Não vou levantar hipóteses sobre a subjetividade das pessoas, não faço isso", afirmou.

Analistas mantêm apostas para corte do juro em agosto, apesar do Copom

Stéfanie Rigamonti

Apesar de o Copom (Comitê de Política Monetária) não ter dado sinalizações claras sobre o início da flexibilização da política monetária do Banco Central, bancos e casas de análise que apostavam em um primeiro corte da taxa básica de juros (Selic) em agosto mantiveram suas projeções.

Na quarta (21), os membros do comitê decidiram, após dois dias de reunião, manter a taxa Selic em 13,75%, argumentando que "essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da **inflação** para o redor da meta ao longo do horizonte relevante".

O **comunicado** que seguiu a decisão veio mais "hawkish" do que o esperado. O termo em inglês é utilizado pelo mercado para se referir a mensagens pessimistas por parte e autoridades monetárias.

Ainda assim, analistas encontraram contrapontos no **comunicado**, entendendo que a decisão da próxima reunião do Copom, que acontece em agosto, está em aberto, dependendo de novos dados econômicos e projeções.

"Quem vai cortar a taxa de juros não é mais o BC, mas o Focus [boletim semanal do BC que coleta e resume as estatísticas calculadas por analistas do mercado]. A gente tem de observar se eles [analistas] vão ou não ancorar as expectativas de corte de juros na próxima reunião do Copom", diz o economista André Perfeito.

Embora tenham reforçado suas projeções sobre o início do corte da Selic, os analistas também estão cautelosos em suas projeções, tanto quanto mostrou o BC no **comunicado** do Copom.

"No geral, o Copom não sinalizou explícita ou implicitamente um corte de juros na reunião de agosto", dizem os analistas do banco americano Goldman Sachs.

"Mas, ao adotar uma postura viés mais neutro, dependente de dados, além de outras modificações ligeiramente positivas no **comunicado**, o Copom indiretamente mostrou que, se o cenário atual e prospectivo de **inflação** e os balanços de risco continuarem a melhorar (...) agosto provavelmente será um "encontro ao vivo" para um corte de taxa",

completaram.

O banco americano segue esperando que o ciclo de redução de juros comece em agosto, ainda que com cautela e esperando também a decisão do CMN (Conselho Monetário Nacional) sobre uma possível modificação da meta da **inflação**, no fim deste mês. Caso a redução inicial da Selic não aconteça em agosto, o Goldman Sachs aguarda ao menos uma sinalização de corte para setembro.

O banco Inter espera que, até agosto, uma evolução no cenário inflacionário permita a mudança de rumo na política monetária e o início dos cortes na Selic já na próxima reunião. Ainda assim, a instituição financeira aguarda um afrouxamento mais conservador da política monetária, com corte inicial de 0,25 ponto percentual dos juros.

"Entre os fatores condicionantes, o principal é a expectativa de **inflação** mais longa, que, apesar da recente melhora, permanece desancorada", justifica o Inter.

De fato, no **comunicado**, os integrantes do Copom antecipam uma elevação da **inflação** acumulada ao longo do segundo semestre, apesar da melhora nos índices cheios de preços ao consumidor.

O BTG Pactual também entende que o Brasil deve acompanhar uma evolução positiva nos dados econômicos até agosto, o que deve sustentar um corte inicial de 0,25 ponto da taxa de juros na próxima reunião do Copom. Apesar do tom pessimista do **comunicado**, na visão do BTG, o Banco Central não descartou redução da Selic em agosto.

A Warren Investimentos entende que o **comunicado** mais duro do BC teve o objetivo de conter um otimismo excessivo do mercado e manteve a aposta de início de corte da Selic em agosto, começando com uma redução de 0,25 ponto.

Já a XP vê um sinal no **comunicado** do Copom de que manter a Selic estável não é necessariamente o plano do comitê. Isso porque o texto diz que a estratégia de manutenção da taxa de juros nos níveis atuais por um longo período "tem sido adequada" para assegurar a convergência da **inflação**. No último **comunicado**, o BC disse que a Selic atual é "capaz

de" assegurar essa convergência.

O mais otimista é o Bankof América. Ao reforçar sua projeção de início do corte da Selic para agosto, o banco estimou uma redução inicial de 0,50 ponto percentual da taxa básica de juros. "Ao todo, o **comunicado** é mais um passo na comunicação do BC rumo a uma postura mais otimista", diz o banco americano.

Ainda assim, a instituição manteve a cautela. "Mas [o **comunicado**] não é uma promessa de corte de juros na próxima reunião."

Quem vai cortar a taxa de juros não é mais o BC, mas o Focus. A gente tem que observar se eles [analistas] vão ou não ancorar as expectativas de corte de juros na próxima reunião

André Perfeito economista

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50316&anchor=6479197&maxTouch=0&_ga=2.103984512.1421635523.1687143802-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=43d7e5400a1691fcedc95fd86e79b71f

Corte da Selic em setembro vira maior aposta do mercado

**ITALO BERTÃO FILHO, DANIEL TOZZI MENDES,
MARIANNA GUALTER e CÍCERO COTRIM**

Embora ainda não descarte a possibilidade de um corte em agosto, o mercado passou a projetar como cenário mais provável uma redução da Selic só a partir de setembro, em reação ao resultado da reunião da quarta-feira do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Por unanimidade, o colegiado manteve a taxa básica de juros em 13,75% e, contrariando as expectativas tanto do governo quanto de boa parte dos bancos, não indicou uma data para o início da flexibilização da política monetária. O Copom pregou "cautela e serenidade" contra a inflação.

Pesquisa feita ontem pelo Projeções Broadcast com 36 instituições (entre bancos, administradoras de recursos e consultorias) mostrou que essa é agora a aposta mais forte no mercado.

Dos entrevistados, 19 (53% da amostra) esperam queda da Selic apenas na reunião do Copom marcada para 19 e 20 de setembro.

Nessa lista, estão nomes como JPMorgan, MB Associados e Itaú Unibanco. Do outro lado, 16 ainda veem chance de um corte no próximo mês, e uma casa (a ASA Investments) projeta uma flexibilização só em 2024.

Em compensação, na hipótese de o corte da Selic ficar mesmo só para setembro, a maioria dos consultados vê espaço para uma redução de até 0,5 ponto percentual de uma só vez.

O Ibovespa, principal índice de referência da Bolsa brasileira, fechou o dia com queda de 1,23%, a 118,9 mil pontos. Segundo analistas, o movimento refletiu um ajuste das expectativas de investidores para a trajetória da Selic após o comunicado do Copom ter sido lido como mais duro do que o esperado.

"Talvez o mercado estivesse um pouco otimista demais com a possibilidade de uma mudança brusca de direção do BC, que, obviamente, não viria. E, por isso, hoje (ontem) estamos vendo empresas ligadas aos juros devolvendo boa parte dos ganhos", disse o analista da Empiricus Research João Piccioni.

No caso da Bolsa, outros fatores também pesaram. Os

bancos centrais de Reino Unido, Turquia, Noruega e Suíça elevaram juros, enquanto o presidente do Federal Reserve (o BC americano), Jerome Powell, acenou com mais aumentos da taxa básica à frente. Já o câmbio ficou praticamente estável (alta de 0,09%), cotado a R\$ 4,77.

CMN. A percepção dos analistas é de que, a despeito de sinais positivos nos últimos meses como a queda de inflação, os diretores do BC condicionam o corte da Selic ao resultado de reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) que vai definir as novas metas de inflação para 2023 e anos seguintes. O encontro do CMN - que reúne os ministros da Fazenda e do Planejamento, mais o presidente do BC - está marcado para o próximo dia 29.

A expectativa é de que isso ajude a puxar as projeções de inflação futuras para baixo, abrindo espaço para a redução da Selic.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Desonerações totais somam R\$ 60,434 bi

As desonerações totais concedidas pelo governo resultaram em uma renúncia fiscal de R\$ 60,434 bilhões de janeiro a maio deste ano, valor bem maior do que em igual período de 2022, quando ficaram em R\$ 39,620 bilhões, conforme a **Receita Federal**. No mês passado, as desonerações totalizaram R\$ 11,609 bilhões, volume também superior ao registrado em maio do ano passado (R\$ 10,067 bilhões). A desoneração da folha de pagamento resultou em uma renúncia de R\$ 746 milhões em maio e de R\$ 3,617 bilhões no acumulado do ano. Na última terça-feira, 20, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado concluiu a aprovação do projeto que prorroga até 31 de dezembro de 2027 a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. O colegiado analisou o projeto de forma terminativa - ou seja, só será necessária avaliação do plenário se houver um recurso apresentado por pelo menos nove senadores. Do contrário, o projeto segue para a Câmara.

Site: <https://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/>

Empresa que adere ao Refis termina com menos empregos

Uirá Machado

Empresas que aderiram em 2014 a um plano de desconto e parcelamento de débitos tributários tinham, três anos depois, uma média de 6,2% menos empregos do que companhias semelhantes que não participaram do programa, conhecido como Refis da crise.

O resultado é contra intuitivo. Anistias tributárias como a do Refis (de recuperação fiscal) costumam ser justificadas exatamente pela manutenção ou geração de empregos: o empresário, ao receber alívio no custo, estaria apto a preservar ou criar postos de trabalho.

Mas isso não acontece, segundo aponta o estudo "Refis e emprego: uma análise dos programas de recuperação fiscal no Brasil", elaborado por Natalia Ferreira Rodrigues, Diego de Faveri e Gregory Michener, da FGV Ebape.

"As anistias fiscais gerais do Brasil parecem ser investimentos excepcionalmente ruins de recursos públicos", afirmam os autores. Entre as conclusões, eles sustentam que programas como o Refis desperdiçam dinheiro dos contribuintes que poderia ser asado em outras políticas públicas.

E bota dinheiro nisso. O Refis de 2014 representou renúncia de R\$ 9,4bilhões de dívidas fiscais (valores da época). Ou seja, para ajudar as empresas, o Estado abriu mão de tentar receber essa quantia.

A depender do programa -foram mais de 30 desde o ano 2000-, o montante pode ser ainda maior. Cálculos sobre uma anistia em discussão no Congresso no final de 2021 indicavam perda de receita de R\$ 92,1 bilhões, mais do que o valor destinado ao Auxílio Brasil (que agora voltou a se chamar Bolsa Família).

Para concluir que houve desperdício, Rodrigues, Faveri e Michener olharam as 62.964 empresas que ingressaram no Refis de 2014 e selecionaram 35.272 que não tinham se beneficiado das anistias anteriores.

Depois, cruzaram bases de dados para ver quais tinham informações completas com a variável "número de funcionários" por um período de três anos antes e três anos depois da anistia.

Aplicados os filtros, sobraram 10.013 empresas para a análise. Eles, então, as compararam com 223.202 companhias que tampouco haviam participado de programas anteriores, que tinham dados para o período de 2011 a 2017 e eram elegíveis para o Refis de 2014, mas que, por motivos variados, não aderiram.

O passo seguinte foi segmentar as empresas por tamanho (micro, pequenas, médias/grandes) e, dentro de cada grupo, parear as que tinham as mesmas características, como setor, tempo de atividade e unidade da Federação.

Com esses critérios, os autores consideram que a amostra de empresas selecionadas para a análise é representativa do universo total de beneficiárias do Refis da crise.

Na média, as beneficiadas pelo programa de 2014 terminaram o período de análise com 6,2% menos empregos a menos, um resultado puxado pelas empresas médias e grandes: elas tiveram quase 10% menos empregos, enquanto a queda nas pequenas foi de 5,5%, e nas micro, de 1%.

A proposta não era explicar a redução de empregos detectada, mas os autores sugerem algumas hipóteses, entre elas a possibilidade de os beneficiários da anistia pegarem o dinheiro economizado com **tributos** e o investirem em ativos com retornos mais altos do que teria o próprio negócio.

Uma segunda conclusão é que as anistias fiscais aumentam a desigualdade, já que o perdão é proporcional ao tamanho da dívida. Os autores mostram que, do total renunciado com o Refis de 2014, 77,5% beneficiou as empresas grandes e médias, embora elas fossem 27,8% no programa.

Rodrigues, Faveri e Michener afirmam: "O desempenho insatisfatório das anistias fiscais sem dúvida ajuda a explicar por que o desenvolvimento e a aprovação dessas políticas ocorrem às escondidas".

De acordo com o artigo, há ainda um problema grande para a pesquisa: a falta de informações sobre o Refis e seus participantes. Para Gregory Michener, que é professor da FGV, o programa deveria ser muito mais

transparente, até para coibir distorções como deputados e senadores reduzindo suas próprias dívidas.

"Entidades que estão usando recursos públicos para fins privados deveriam ter publicidade dos nomes. É uma luta em vários países", diz, embora reconheça dificuldades, por envolver proteção de dados e questões comerciais.

Mais fácil, na visão dos autores, seria garantir maior participação pública na elaboração dos Refis. Na maior parte das vezes, o programa tem sido criado por meio de medida provisória ou dos chamados jabutis - regras que entram de carona em projetos sobre outro assunto.

Foi esse o caso do Refis de 2014, inserido no projeto que converteu em lei uma medida provisória sobre o Inovar Auto, um incentivo à cadeia produtiva de carros.

A tramitação apressada e a falta de transparência geral produzem outro problema: o governo não costuma analisar a capacidade de pagamento dos devedores, permitindo que a anistia beneficie empresas que não precisariam dela, segundo o estudo. A lei 13.988/20 buscou corrigir essa falha, mas ainda é cedo para dizer se foi bem-sucedida.

Do ponto de vista do governo, é comum que anistias como o Refis sejam usadas para ampliação imediata da arrecadação. No médio e longo prazo, contudo, o efeito é inverso, pois sabem que haverá um novo programa de desconto e condições favoráveis para quitação de débitos.

"Vários organismos internacionais já estudaram o problema comportamental que existe ao instituir anistias com muita frequência", diz Natalia Rodrigues, que é procuradora da Fazenda Nacional e mestre em administração pública pela FGV. "O empresário vai deixando de pagar para poder aderir a um futuro programa. Então, ele vai pagar menos do que se tivesse pagado em dia. Esse efeito vai corroendo a arrecadação", afirma a pesquisadora.

Daí por que o FMI (Fundo Monetário Internacional) recomenda que os parcelamentos, caso venham a ser oferecidos, limitem-se a um prazo de 12 a 24 meses. No Brasil, o Refis de 2014 concedeu até 180 meses, ou 15 anos -um padrão por aqui.

Procurada pela Folha, a **Receita Federal** afirmou que não há novo Refis em análise neste momento.

O órgão afirmou que esse tipo de programa "é um instrumento adequado de manutenção de empregos e da atividade econômica".

A Receita, porém, especificou que o Refis deve ser destinado a empresas em dificuldades momentâneas e que, "quando concedido de forma irrestrita, pode incentivar a inadimplência".

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50316&anchor=6479197&maxTouch=0&_ga=2.103984512.1421635523.1687143802-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=43d7e5400a1691fcedc95fd86e79b71f

Quem é você no perde e ganha da taxa Selic?

KARLO NAREDES

Presidente Lula afirma que Banco Central joga contra interesses do país

Os reflexos da manutenção da taxa de juros básicos, a Selic, em 13,75%, variam na economia. Há quem ganhe, e são poucos, e há quem perca. Na quarta-feira (21), o Comitê de Política Monetária (Co-pom) do Banco Central manteve a taxa pela sétima reunião seguida, apesar dos apelos do mercado e das pressões políticas. Com uma **inflação** em desaceleração - maio de 2023 fechou em 0,23%, com valor acumulado em 12 meses de 3,94% -, o cenário era propício para um corte, mesmo que modesto, na Selic. Mas não foi o que aconteceu. O Brasil segue praticando a maior taxa de juros entre as maiores economias do mundo.

A taxa Selic serve de referência para o mercado. Juros para o crédito ao consumidor estão em patamares elevados. Exemplo disso são as taxas usadas na aquisição de veículos. Ao financiar um carro de R\$ 60 mil em 48 vezes, a prestação mensal extrapola R\$ 3.000. Ao final do pagamento, o consumidor terá despendido valor suficiente para comprar mais de dois veículos do mesmo padrão.

Por outro lado, quem detém títulos da dívida pública brasileira tem seus ganhos elevados, já que são remunerados pela Selic. Segundo levantamento da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), um investimento de R\$ 1.000 no título público Tesouro Selic resulta em um rendimento líquido de R\$ 114 em 12 meses.

Aplicações como Tesouro Direto, CDBs de grandes bancos, fundos conservadores e letras de crédito, tanto as imobiliárias quanto as do agronegócio, são aplicações seguras e que têm um rendimento bem próximo ou mesmo acima da Selic, dependendo do prazo e do volume aplicado.

Bancos também faturam alto no chamado "spread bancário", que é a diferença percentual entre a taxa de juros cobrada nos empréstimos e a paga nos investimentos.

A pedido da reportagem, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e o economista do Ipead/UFMG Diogo Santos elencaram quem são os agentes que ganham e os que perdem com os juros no patamar de 13,75%.

"Taxa Selic elevada tem o objetivo de frear a economia. Isso significa tornar os empréstimos e financiamentos mais caros e, assim, levar a que menos pessoas tomem emprestado nos bancos para, por exemplo, financiar um imóvel ou automóvel. Da mesma forma, diminui o número de empresas que vão tomar recursos emprestados para comprar novas máquinas ou construir novas unidades, diminuindo também a geração de empregos. Isso vale para os pequenos negócios", disse Diogo Santos.

"IRRACIONAL". Fm viagem à Europa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reagiu à decisão do Copom e afirmou que a direção do BC joga contra os interesses do país. "É irracional o que está acontecendo no Brasil, uma taxa de 13,75% e **inflação** de 5%", afirmou antes de decolar da Itália para a França. Lula afirmou ainda que o questionamento ao BC, feito por ele desde o início do mandato, não é apenas do governo federal, mas da sociedade como um todo, inclusive dos industriais.

Índice impacta a dívida pública

O aumento da taxa de juros afeta negativamente o governo. De acordo com o economista do Ipead/UFMG Diogo Santos, o volume de recursos necessários para honrar o pagamento da dívida pública também se eleva. Isso ocorre porque grande parte dos títulos é remunerada com base na Selic.

Cálculo mais recente do Banco Central revela que aumento de 1 ponto percentual na taxa Selic, mantido por 12 meses, tem impacto de R\$ 38 bilhões na dívida bruta - cerca de 0,4 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**).

A elevação na mesma magnitude do IPCA, índice de preços ao consumidor do IBGE que serve como meta de **inflação**, tem um custo de R\$ 18,4 bilhões - 0,18 ponto percentual do **PIB**. Uma desvalorização de 1% da taxa de câmbio (alta do dólar) eleva a dívida em R\$ 9,2 bilhões - 0,09 ponto do **PIB**.

Por outro lado, pessoas e bancos com grandes volumes de recursos financeiros aplicados em títulos da dívida pública receberão o maior montante de recursos decorrente de uma Selic mais elevada.

Receita Arrecadação cresce para R\$ 176,8 bi

A arrecadação de **impostos** e contribuições federais

somou R\$ 176,812 bilhões em maio, informou ontem a **Receita Federal**, um aumento real (descontada a **inflação**) de 2,89% na comparação com maio do ano passado, quando o recolhimento de **tributos** somou R\$ 165,333 bilhões.

O valor arrecadado no mês passado foi o maior para meses de maio na série histórica, iniciada em 1995. Em relação a abril deste ano, houve queda real de 13,48%.

O Fisco apontou crescimento real de 7,20% na arrecadação da Contribuição Previdenciária em razão do crescimento da massa salarial. Houve também aumento na arrecadação do IRRF sobre as aplicações de Capital e do Imposto sobre Exportação em razão da tributação de óleo bruto. No acumulado do ano até maio, a arrecadação federal somou R\$962,496 bilhões.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

INSS tem de revisar benefício de 2.900

João Vitor Gomes

Um erro do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) fez com que 148.185 segurados do País deixassem de ser considerados em uma revisão do chamado benefício por incapacidade temporária, mais conhecido como auxílio-doença.

De acordo com o órgão, esses indivíduos não tiveram a revisão processada devido a "inconsistências na tentativa de processamento pelo sistema", por serem "benefícios mais complexos".

Agora, esses segurados têm direito à nova correção do valor. O **INSS** vai informar por meio de seu aplicativo e de seu site os segurados que têm direito à revisão.

A estimativa é de que cerca de 2.900 desses beneficiários sejam do Estado, com base na proporção da população e da economia capixaba em relação ao total do País.

O número nacional foi informado pelo **INSS** à Justiça no âmbito de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) e o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) exigindo a correção.

Com a revisão, os beneficiários serão enquadrados no parâmetro antigo de cálculo do benefício, que estabelece o descarte dos 20% menores salários para definir a média de remuneração.

Já desde novembro de 2019, com a reforma da Previdência, foi estabelecido que o cálculo deverá ser sobre 100% das contribuições pagas a partir de julho de 1994. Em nota, o **INSS** afirmou que está "criando tarefas" para que senadores analisem as revisões.

Já os beneficiários que tiveram a revisão processada, mas os valores não foram gerados, poderão solicitar o pagamento por meio da aplicação "Meu **INSS**", na opção "solicitação de crédito não recebido".

Segundo o **INSS**, foram ao todo 14,5 milhões de benefícios revistos no País, de forma automática, administrativa ou judicial. Desses, 10 milhões não apresentaram diferenças, 2,9 milhões receberam de forma automática, 371,9 mil tiveram o benefício revisado judicialmente e 376,7 mil receberam os valores após ação administrativa.

Os números correspondem às análises no período estipulado para o pedido da revisão pelo segurado, que se encerrou em 2022. De acordo com o **INSS**, o segurado deverá aguardar a análise e a emissão de uma carta atestando a contemplação na regra de revisão e, em seguida, o cronograma de pagamento dos valores devidos.

Sindicato questiona prazo

O coordenador-geral do Sindicato Nacional dos Aposentados no Estado (Sindnapi/ES), Jânio Araújo, questiona o prazo informado pelo **INSS** à entidade para o pagamento do benefício atrasado aos novos contemplados, segundo ele, estipulado em um ano.

"Esses beneficiários já têm o direito, mas não foram contemplados por desencontro de informação da plataforma. Em nível nacional, o sindicato questiona: o **INSS** já teve um prazo de 10 anos.

Por que renovar?", questionou.

Jânio orienta que os segurados procurem o Sindnapi/ES ou a Juízo Federal para esclarecer dúvidas. Para a advogada previdenciarista Catarine Mulinari, é improvável que os contemplados sejam pagos em curto prazo.

"Acredito que o **INSS** não vai fazer essa revisão automática no primeiro momento, por falta de condição de trabalho humano. Não tem pessoal para isso", comenta a especialista.

ENTENDA

Problemas no sistema do órgão

Revisão do "artigo 29"

O **INSS** ERROU, entre 17 de abril de 2002 e 29 de outubro de 2009, o cálculo dos benefícios por incapacidade, incluindo pensões e aposentadorias derivados destes benefícios.

EM 2012 após ação na Justiça, o órgão aceitou fechar um acordo e pagar os valores devidos.

Novo erro de cálculo

EM 2023, após ação civil pública, o **INSS** confessou ter "esquecido" cerca de 148,1 mil beneficiários, que ficaram de fora da análise feita entre 2012 e 2022 por

problemas no sistema.

Reanálise

COM O PROCEDIMENTO DE ANÁLISE, os beneficiários deverão agora aguardar a emissão de uma carta atestando a contemplação na regra de revisão e, em seguida, uma segunda carta com o cronograma de pagamento dos valores devidos. Ambos emitidos pelo "Meu **INSS**".

Contemplados não pagos

QUEM TEM DIREITO ao benefício, mas não recebeu o valor devido, pode acionar a Justiça para que esse pagamento seja feito.

É NECESSÁRIO que o segurado apresente o extrato de pagamento do benefício com erro e a carta enviada pelo **INSS** informando o direito à revisão.

Regra atual

A REGRA dos 80% maiores salários acabou com a reforma da Previdência de 2019. Desde então, 100% das contribuições pagas desde julho de 1994 entram no cálculo da média salarial.

INSS cria cartão de benefícios para segurados

Millena Marques REPORTAGEM
millena.marques@redabahia.com.br

Ainda desconhecido por muitos brasileiros, o novo cartão digital do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) oferece descontos em cinemas, farmácias, academias, shows, seguros, viagens e telemedicina, entre outros serviços aos pensionistas e aposentados. O "Meu **INSS+**", como foi batizado, é um projeto do Ministério da Previdência, em parceria com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, implementado pela Dataprev.

O objetivo do cartão virtual é servir como um comprovante do segurado pelo **INSS**, para facilitar a identificação do aposentado e pensionista. A carteirinha, que deve ser retirada pelo aplicativo Meu **INSS**, possui QR Code que muda a cada mês, como mecanismo de segurança, atualizando a validade sistematicamente. Isso acontece para que os serviços só possam ser válidos enquanto o aposentado ou pensionista recebe o benefício.

Marcelo Caetano, chefe de cadastro do **INSS**, informa que a carteirinha não é cartão de crédito nem substitui a identidade. "É um instrumento de identificação do aposentado e pensionista e de quem recebe outros benefícios, mas, no caso de benefícios temporários, tem validade durante o tempo de duração do benefício", pontua.

Apesar do cartão digital ter sido anunciado no dia 22 de maio, alguns acordos ainda precisam ser fechados. Segundo o chefe de cadastro, nem todos os pacotes de benefícios foram anunciados pois estão em análise.

"Atualmente, a gente tem fechado acordo do **INSS** com o BB e a Caixa para pacotes de serviços. Outras situações são consequências. Então, procurando a farmácia, o cinema, e precisando se identificar de que é aposentada ou pensionista, a pessoa pode usar a carteira. Os acordos para ficarem oficiais e serem publicados na página do **INSS**, especificamente, ainda estão em fase de análise".

Caixa e BB aderiram ao programa

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil são as duas instituições financeiras que, até agora, fecharam parceria com o Meu **INSS+** para oferecer

benefícios aos aposentados e pensionistas que recebem seus depósitos mensais da Previdência nessas entidades. Ou seja, os descontos são para os aposentados e pensionistas que também são correntistas dos dois bancos.

Na Caixa, os clientes com cartão de crédito têm descontos em lojas, restaurantes e cinemas; além de assistência para carros e residências. Já o cliente **INSS** Caixa também poderá usar o programa de pontos Dotz. Ao transferir os pontos acumulados, os beneficiários receberão 100% em bônus. O banco oferece descontos de 30% a 75% em nove redes de farmácia; meia-entrada na rede Ci-nemark; e desconto no site da Centauro.

Já no BB, os aposentados e pensionistas devem consultar seus pacotes de vantagens na Central do Cidadão do Meu **INSS**.

Clube Correio oferece descontos de até 30%

O Clube Correio é o clube de vantagens do Jornal CORREIO. O cartão do clube oferece, atualmente, descontos exclusivos em mais de 80 estabelecimentos; além de espetáculos de teatro, shows, cinema e até provas de corrida. O benefício também permite descontos em compras on-line em marketplaces e lojas de todo o Brasil.

A economia para os beneficiários chega a 30% em farmácias (como na rede Drogaria São Paulo), academias (a Selfit, entre elas), óticas, curso de corte e costura, clínicas e laboratórios. Na categoria de entretenimento, os descontos alcançam 50%.

Para ter acesso ao cartão, basta ser assinante do CORREIO, gerar o cartão digital no site e apresentá-lo junto com o documento de identidade a cada vez que precisar usar.

SAIBA COMO EMITIR O CARTÃO MEU **INSS+**

Quem tem direito? Todos os segurados que recebam aposentadoria, pensão por morte ou outro benefício, como auxílio incapacidade e salário maternidade, podem emitir a carteirinha por meio do aplicativo Meu **INSS** (disponível para iOS e Android). Confira abaixo o passo a passo para a emissão do cartão digital:

1. Acesse o app Meu **INSS** com seu aparelho celular;
2. Clique na opção "Carteira do Beneficiário";
3. Escolha uma foto;
4. Concorde com o termo que diz que você está "ciente que ao apresentar a carteira os dados do benefício serão compartilhados através do QR Code";
5. Clique em "Continuar";
6. Processo finalizado

E agora? Para ter acesso à carteirinha em outras ocasiões, basta entrar no aplicativo e selecionar o item "Carteira do Beneficiário"

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Valor de R\$ 1,8 bi a beneficiários

Brasília - O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou o pagamento de R\$ 1,8 bilhão em atrasados para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que conseguiram a concessão ou a revisão do benefício na Justiça. O valor corresponde a ações previdenciárias e assistenciais como revisão de aposentadoria, auxílio-doença e pensões, entre outros benefícios, de 92.133 processos com 118.634 beneficiários.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que abrange o Rio Grande do Sul e ainda Santa Catarina e Paraná, registra R\$ 419.907.851,23.

Nas quantias relativas a ações previdenciárias e assistenciais o total é de R\$ 354.463.899,22, sendo 18.260 processos e 23.929 beneficiários.

Os pagamentos são referentes às Requisições de Pequeno Valor (RPVs) de maio deste ano.

As RPs são valores atrasados na faixa de até 60 salários mínimos, R\$ 78.120, pagos em ações propostas no Juizado Especial Federal. Os repasses foram feitos aos tribunais regionais federais, e o total alcançou R\$ 2,2 bilhões no país para quitar ações de 156.097 processos com 194.011 beneficiários. Deste valor, R\$ 1.870.153.125,87 vão para segurados da Previdência.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

Pensão por morte: saiba como aumentar chance de sair da fila

Leticia Lopes leticia.lopes@oglobo.com.br

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) concedeu, pela primeira vez, uma pensão por morte de maneira automática a um segurado do Rio de Janeiro, na última sexta-feira. Essa medida traz mais celeridade para a análise do benefício, que responde pela terceira maior fila de requerimentos do órgão.

A pensão por morte urbana é um benefício voltado aos dependentes dos segurados do instituto que vivem em áreas urbanas. O pedido pode ser feito pelo site ou aplicativo Meu **INSS**. Na automação da análise, o **INSS** utiliza os dados que já estão nos sistemas da **Previdência Social** e os confere com as informações fornecidas pelo cidadão no momento do pedido. Além disso, dados que constam da base de informações de outros órgãos também são usados na averiguação. Dessa forma, o requerimento é concluído mais rapidamente.

Essa medida traz mais celeridade para a análise do benefício, que responde pela terceira maior fila de requerimentos do órgão - são 136.837 pedidos -, perdendo apenas para o BPC/Loas, que é o benefício de Prestação Continuada (434.773) e aposentadoria por idade (254.629). Somente em abril, dos 1,2 milhão de pedidos acumulados (sem contar aqueles referentes a benefícios que dependem de perícia, como o auxílio-doença), 136 mil eram solicitações de pensão por morte, o que corresponde a 10,8% do total.

Em nota, o órgão afirmou que, "com a novidade, a análise do requerimento torna-se otimizada, mais assertiva e permite a decisão automática pelos sistemas do **INSS**".

DEMORA BPC, aposentadoria por idade e pensão por morte têm as maiores filas de espera no **INSS** - A demora tem a ver com a complexidade do processo, a análise é muito criteriosa. O pedido de pensão por morte exige que a relação que existia até o óbito seja comprovada, para que o **INSS** reconheça a união e o direito ao benefício - explica Diego Cherulli, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

TRU DEFINE VALORES Uma decisão da Turma Regional de Uniformização (TRU) dos Juizados

Especiais Federais da 4ª Região estabeleceu, esta semana, que o valor mensal da pensão por morte, para óbitos ocorridos a partir da entrada em vigor da EC nº 103/2019, deve seguir as novas regras da Reforma da Previdência.

O recurso, denominado pedido de uniformização de interpretação de lei, pretendia consolidar a tese de que o valor mensal da pensão, mesmo para óbitos posteriores à EC 103/2019, permaneceria no valor de 100% da aposentadoria que o segurado recebia, ou a que teria direito, se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento.

A decisão foi tomada por maioria e acolheu o posicionamento da relatora do voto-vista, a juíza federal Alessandra Günther Favaro.

VEJA 10 DICAS PARA PEDIR A PENSÃO

1- COMO PEDIR O BENEFÍCIO?

Entre no aplicativo ou site Meu **INSS** e faça o login com seus dados. Depois, clique no botão "Novo pedido", digite o nome do serviço ou do benefício e escolha a opção desejada. Leia o texto que aparece na tela e avance seguindo as instruções que serão fornecidas.

2- É POSSÍVEL FAZER O PEDIDO POR PROCURAÇÃO?

Se quem fizer o pedido for procurador ou representante legal, é preciso apresentar uma procuração ou um termo de representação legal, assim como um documento de identificação com foto.

3 - COMO ACOMPANHAR A RESPOSTA?

Para acompanhar e receber a resposta do processo, basta acessar o aplicativo ou o site Meu **INSS** e clicar no botão "Consultar pedidos". Depois, basta procurar o processo na lista e clicar em "Detalhes" para ver as informações e o andamento do processo.

4- JUNTE AS PROVAS Na hora de requerer a pensão, o interessado deve submeter pelo menos dois documentos dentro de uma longa lista (veja a relação completa na dica 10) para embasar o pedido. Entre as provas aceitas estão contrato da união estável,

certidão de casamento ou de nascimento dos filhos e até informações financeiras que demonstrem a dependência econômica ou o compartilhamento do dia a dia, como conta bancária conjunta, declaração do Imposto de Renda ou contas de consumo da residência do casal.

5- CERTIDÃO DEVE ESTAR ATUALIZADA No caso de quem é casado no civil - principalmente as relações mais longas -, há ainda um detalhe que acaba esquecido por muitos: a necessidade que a certidão esteja atualizada. Isso ocorre para que fique provado que não houve averbação de divórcio, numa forma de evitar fraudes na concessão do benefício.

6 - FOTOS EM REDE SOCIAL O rol de provas que podem ser usadas nos pedidos de pensão não é taxativo, o que abre margem para outros recursos. Recentemente, uma manipuladora de pescados do litoral catarinense conseguiu na Justiça o direito de receber o benefício após usar fotos de redes sociais e depoimentos de testemunhas para comprovar a união de cinco anos com o companheiro. O Tribunal Regional Federal da 49 Região (TRF-4) reconheceu as provas de que a relação tinha mais de dois anos, tempo mínimo exigido pelo **INSS** para que o companheiro(a) receba pensão por morte.

7- TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E PRAZOS Outro detalhe que exige atenção é o prazo para que o pedido seja remetido ao **INSS**. Para que o marido ou a mulher do falecido ou falecida tenha direito ao benefício, a relação precisa ter um mínimo de 24 meses de duração. Se a união for mais recente, o benefício é concedido por apenas quatro meses. Essa duração da pensão também é aplicada para os cônjuges de quem tinha contribuído por menos de 18 meses. A partir daí, o tempo de duração varia de acordo com a idade do cônjuge na data de óbito do segurado falecido. Para quem tem mais de 45 anos, o benefício é vitalício.

8- DEPENDÊNCIA FINANCEIRA Há ainda os casos de segurados casados no civil, mas que há anos vivem com outra pessoa. Nesse cenário, explica a advogada Jeanne Vargas, especialista em Direito Previdenciário e sócia da Vargas Farias Advocacia, deve prevalecer a realidade dos fatos: "Se existe um casamento civil, mas a relação não existe mais, esse cônjuge não tem direito a pensão. O companheiro que tenta isso comete crime previdenciário. Quem recebe indevidamente precisa devolver todos os valores". Jeanne esclarece que o cônjuge inicial só tem direito ao benefício se depender financeiramente do marido ou da mulher falecido. Nesse caso, a pensão é dividida meio a meio.

9- CERTIFIQUE-SE DA CONTRIBUIÇÃO

Além disso, a mulher ou marido de quem morreu precisa checar se o cônjuge era de fato segurado do **INSS**. Jeanne Vargas lembra que, pelas regras do Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS), o contribuinte tem 12 meses de proteção previdenciária, ainda que não esteja de fato contribuindo. Mas é possível estender esse período: quem ficou sem trabalho e recebeu o seguro-desemprego consegue aumentar o prazo para 24 meses. "Se essa pessoa é um contribuinte antigo, com mais de 120 contribuições sem ter perdido a condição segurado, ou seja, sem ter ficado muito tempo sem contribuir, o prazo pode chegar ao máximo de 36 meses", explica a advogada.

10 - LISTA DE DOCUMENTOS - Certidão de nascimento de filho do casal - Certidão de casamento ou contrato de união estável - Declaração do Imposto de Renda do segurado, em que conste o interessado como seu dependente

-Testamento - Declaração especial feita perante tabelião - Prova de que o casal vivia na mesma casa, como contas de consumo e demais comprovantes de residência que demonstrem a comunhão nos atos do dia a dia - Procuração ou fiança reciprocamente outorgada - Conta bancária conjunta - Registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do segurado - Anotação constante de ficha ou livro de registro de empregados - Apólice de seguro que tenha o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária - Ficha de tratamento em instituição de assistência médica, onde conste o segurado como responsável - Escritura de compra e venda de imóvel pelo segurado em nome de dependente - Declaração de não emancipação do dependente menor de 21 anos ou quaisquer outros que possam assegurar a união estável.

Site: <http://extra-globo.pressreader.com/extra>

Desenrola Brasil será criado por projeto de lei

Poucas semanas depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ter assinado a medida provisória (MP) que cria o Desenrola Brasil, o governo federal fechou um acordo com o Legislativo para que o programa de refinanciamento de dívidas saia do papel por meio da análise de um projeto de lei. A expectativa é que seja submetido para apreciação do plenário um texto que institui o Programa Nacional de Renegociação de Dívidas das Famílias.

Autor desse projeto, o líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA), confirmou o acordo entre os Poderes que determina que a MP do Desenrola não será mais apreciada e que o assunto será analisado em um projeto de lei apresentado por ele no ano passado. A informação foi antecipada pela "Folha de S.Paulo" e confirmada pelo Valor.

"Não deixaremos a MP caducar, porque aprovaremos o projeto de lei antes de ela ter perdido a validade", disse Nascimento, acrescentando que o relator Alencar Santana (PT-SP) pretende construir o parecer até o fim da próxima semana.

O parlamentar baiano reconhece que a pauta do plenário está cheia, mas pontuou que trabalhará para que a matéria avance antes do recesso parlamentar. O autor da proposta reuniu-se com o relator na noite de quarta-feira.

Santana deve se debruçar sobre o tema nos próximos dias e espera apresentar o esboço de um relatório ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), assim que o alagoano retornar de viagem.

Vice-líder do governo, Santana disse ao Valor que conversará com Lira sobre o calendário depois que o presidente da Câmara voltar de Portugal e que não sabe se será possível votar antes do recesso parlamentar, na segunda quinzena de julho, por causa das outras pautas, como a **reforma tributária** e o arcabouço fiscal. "O texto-base é o programa Desenrola enviado pelo governo. A partir daí vamos analisar quais pontos podem ser aperfeiçoados", comentou.

Encaminhada no início de julho, a MP do Desenrola estava dividida entre a faixa 1, restrita ao cidadão que tenha dívidas de até R\$ 5 mil e que receba até dois salários mínimos (R\$ 2,64 mil), e a faixa 2, para

peças com dívidas no banco, com possibilidade de renegociação direta com a instituição financeira. Já o projeto de Nascimento institui o programa destinado a famílias com renda de até R\$ 5 mil, com previsão de crédito de até R\$ 20 mil por família. (RDCeMR)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187583?page=2§ion=1>

Campanha de transparência dá mais um Leão de Ouro ao Brasil

WESLEY GONSALVES ENVIADO ESPECIAL A CANNES (FRANÇA)

O Brasil conquistou ontem mais dois Leões de Ouro no Cannes Lions - Festival Internacional de Criatividade. As agências AKQA e Africa foram contempladas com a estatueta dourada pelas campanhas "Cartão da Transparência" (categoria Mobile Lions), do site **Congresso em Foco**, e "Cabelo Cremoso da Brahma" (Creative Effectiveness Lions), respectivamente.

O País terminou o dia com 21 prêmios, dos quais 16 são de bronze e três de prata. Criações nacionais já conquistaram 90 Leões até agora, no quarto dia de festival. O Estadão é o representante oficial do Brasil no evento.

O projeto da AKQA, criado pelo escritório de São Paulo da agência, desenvolveu uma ferramenta que facilita o acesso aos gastos de parlamentares federais no Brasil pelos cidadãos.

Essa ação sobre transparência pública também conquistou Leões de Ouro e Prata na categoria Digital Craft. A campanha será a única representante nacional concorrendo na categoria Titanium, uma das principais do Cannes Lions.

Vencedora do segundo Leão dourado, a Africa, que já havia sido premiada com sete estatuetas na edição de 2022 do festival, desenhou para a Brahma um corte de cabelo que remetesse ao desenho de um copo de cerveja.

ARGENTINA. Depois de ver a sua seleção de futebol conquistar a terceira Copa do Mundo, em 2022, no Catar, a Argentina levou para casa o seu primeiro Grand Prix na categoria Mobile Lions, no Cannes Lions ontem.

A ação teve como mote o espírito esportivo que ajudou os argentinos a acompanharem o traslado da taça no ano passado.

A campanha foi criada pelo escritório da agência Gut, de Buenos Aires, para o aplicativo de entregas PedidosYA.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O arcabouço e a dívida pública - CELSO MING

CELSO MING Oprojeto do arcabouço fiscal se encaminha para aprovação. Falta ainda avaliação final da Câmara, mas as discussões mais importantes estão finalizadas. A nova regra fiscal, que substitui o teto de gastos, limita o crescimento das despesas a até 70% da variação real da arrecadação, em caso de cumprimento da meta de resultado primário dos dois últimos anos; e a 50% do crescimento real da receita do governo, quando houver déficit. O crescimento das despesas tem faixa de tolerância entre 0,6% e 2,5% acima da inflação. Ficaram de fora do limite de gastos as despesas da União com o Fundeb, voltado para educação básica, e com o Fundo Constitucional do Distrito Federal. Transferências a Estados e municípios pela concessão de florestas federais, pagamento de precatórios e os gastos com ciência, tecnologia e inovação também não seguem a regra. O maior mérito da novidade foi evitar uma di

O projeto do arcabouço fiscal se encaminha para aprovação. Falta ainda avaliação final da Câmara, mas as discussões mais importantes estão finalizadas.

A nova regra fiscal, que substitui o teto de gastos, limita o crescimento das despesas a até 70% da variação real da arrecadação, em caso de cumprimento da meta de resultado primário dos dois últimos anos; e a 50% do crescimento real da receita do governo, quando houver déficit. O crescimento das despesas tem faixa de tolerância entre 0,6% e 2,5% acima da **inflação**.

Ficaram de fora do limite de gastos as despesas da União com o Fundeb, voltado para educação básica, e com o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Transferências a Estados e municípios pela concessão de florestas federais, pagamento de precatórios e os gastos com ciência, tecnologia e inovação também não seguem a regra.

O maior mérito da novidade foi evitar uma disparada imediata da dívida pública e o alastramento subsequente de turbulências no mercado. Mas há pontas soltas que não garantem a sustentabilidade da nova regra.

Ainda não está claro, por exemplo, como o governo vai conseguir recursos adicionais de R\$ 120 bilhões por ano para garantir o funcionamento do sistema.

Também será preciso parar com as políticas de

desonerações fiscais de modo a viabilizar o cumprimento das regras, mas o governo segue distribuindo benesses.

Um aumento expressivo de **impostos** seria prejudicial não só para o crescimento da economia, mas, também, para a imagem do governo.

A política de aumento real do salário mínimo e a vinculação de despesas das áreas de saúde e educação jogam mais dúvidas sobre a sustentabilidade do projeto mais à frente. Na visão do economista Silvio Campos Neto, sócio da Tendências Consultoria, a maior encrência da dívida, que são as despesas obrigatórias, não foi sanada. "O Brasil tem um orçamento muito rígido. A decisão de garantir ganho real do salário mínimo vai pesar e, para cumprimento do arcabouço, outras despesas teriam de ser achatadas." Deve entrar nesse cálculo ainda o papel do Estado na formulação de futuras políticas de demanda pública e outros compromissos de campanha, como a correção da tabela do Imposto de Renda para a faixa de R\$ 5 mil.

Como avalia Gustavo Arruda, do banco BNP Paribas, o Brasil voltará a discutir a questão fiscal dentro de alguns anos, quando as decisões já aprovadas estrangulem a formulação do Orçamento e forem flexibilizadas.

Uma das justificativas para a troca da âncora fiscal foram os sucessivos "furos no teto de gastos", que tornaram a regra ineficaz.

Não dá para dizer que o novo desarranjo virá ainda no governo Lula. O tamanho do rombo fiscal depende do crescimento do **PIB**, da proporção dos juros (que são incorporados à dívida), da **inflação** que determina a altura dos juros, do câmbio e - obviamente - da voracidade fiscal do governo e do volume da ganstança.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil pode criar até 1,5 milhão de vagas formais em 2023, afirmam economistas

A geração de vagas formais no mercado de trabalho deve continuar positiva até o fim do ano, podendo chegar à criação de 1,5 milhão de postos em 2023. A renda média dos trabalhadores, no entanto, ainda pode demandar mais tempo para aumentar.

Segundo José Pastore, professor titular aposentado da Faculdade de Economia da USP e Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), em seminário online promovido pela Folha e a FGV, a recuperação do emprego reflete a volta ao normal das atividades comprometidas durante a pandemia.

Segundo o IBGE, a geração de empregos formais vem acelerando. Nos 12 meses terminados em abril, o país criou 1,9 milhão de vagas formais, sendo 705 mil delas apenas nos quatro primeiros meses deste ano.

Barbosa Filho destaca que, nos anos de 2017 e 2018, quando o país se recuperava da forte recessão do biênio 2015-2016, a maior parte das vagas criadas eram informais. Agora, passada a pandemia, há mais força na formalização. Atualmente, 61,1% dos empregos disponíveis no Brasil são com carteira assinada.

Pastore afirma, no entanto, que cerca de dois terços dos empregos criados seguem sendo de baixa qualidade, com a maioria dos contratados tendo apenas o ensino médio completo ou menos. "Isso é algo que não se resolve no curto prazo", afirma.

Barbosa Filho pondera ainda que a atual taxa de desemprego -de 8,5% até abril e a menor desde abril de 2015- pode refletir uma menor participação de pessoas desempregadas na busca por uma vaga.

Segundo ele, isso pode estar relacionado ao aumento do valor agora pago pelo Bolsa Família, de R\$ 705, em média. "Isso equivale a cerca de 70% de um salário mínimo, o que pode estar retirando pessoas do mercado, trazendo implicações futuras negativas na produtividade."

Barbosa Filho diz que possivelmente a renda média do trabalho não tem crescido com tanta intensidade (estava em R\$ 2.891 ao mês em abril, ainda abaixo do pré-pandemia) por conta da menor quantidade de

pessoas buscando emprego. "O mercado não está tão apertado a ponto de pressionar os salários", diz.

Segundo os economistas, duas forças contrárias atuam no mercado de trabalho neste momento. Se, por um lado, a taxa básica de juros (13,75% ao ano) segue elevada, contendo o crescimento, a desaceleração da **inflação** melhorará a renda disponível das famílias e a atividade.

Mas, na avaliação de ambos, o governo Lula deveria trabalhar para reduzir as incertezas no campo macroeconômico (abandonando tentativas de retrocesso em reformas e críticas ao Banco Central) para criar um ambiente mais favorável e confiável aos empresários para que invistam e criem mais empregos.

180 mil é o número de vagas formais de trabalho criadas até abril, de acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), divulgado pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50316&anchor=6479197&maxTouch=0&_ga=2.103984512.1421635523.1687143802-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=43d7e5400a1691fcedc95fd86e79b71f

Inadimplência cresce 17% em um ano e afeta 44% dos adultos

A combinação de **inflação** persistente e juros altos levou as famílias ao endividamento e a menos condições para tomar crédito. Em abril, havia 71,4 milhões de consumidores inadimplentes, um aumento de 16,85% em relação a abril de 2022 e de 0,99% na comparação com o mês de março, segundo os últimos dados disponíveis da Serasa Experian. No total, são R\$ 340,6 bilhões em dívidas não pagas.

O número de inadimplentes representa 43,8% da população adulta. Os mais endividados são os grupos de 26 a 40 anos de idade (25,2%) e de 41 a 60 anos (24,5%). Bancos e cartões respondem por 31,6% do total das dívidas. Serviços públicos - com exceção de telefonia - representam 21,6%; varejo, 11,3% e telefonia, 5,3%. Dívidas não honradas com cartões de crédito e instituições financeiras em geral somavam 46,7% do total em abril.

Dados da Serasa Experian e do Banco Central mostram que aqueles que não conseguem honrar dívidas ainda buscam modalidades como cheque especial e rotativo do cartão de crédito, mas têm demandado menos recursos para a compra de bens como veículos e imóveis.

Apesar de mais pessoas não conseguirem pagar suas dívidas, a procura por crédito vem diminuindo. O Indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito mostra que, depois de forte alta em janeiro, a busca caiu 17,7% em abril na comparação com o mês anterior.

Para Luiz Rabi, da Serasa Experian, a alta da inadimplência e a demanda menor por crédito se explicam pelo aperto monetário. "O consumidor tem mais dificuldade para pagar as contas", diz ele, que aponta o efeito do juro alto sobre o custo do crédito reduzindo a demanda.

No último ano, a fintech Conta Futuro teve alta de 300% na demanda para recompra de dívidas de cartão de crédito e antecipação salarial, diz Felipe Gomes, CEO da empresa. Página A5

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187583?page=2§ion=1>